

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

São Paulo, 09 de janeiro de 2019.

Ofício n° 62/19 - JUR Protocolado n° 26.609/2017 - MP (Favor usar estas referências)

OFICIO DO EXPEDIENTE 2/2019

SENHOR PRESIDENTE

De ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, encaminho a Vossa Excelência cópia da petição inicial de Ação Direta de Inconstitucionalidade, bem como de decisão de arquivamento parcial para conhecimento.

Prevaleço-me da oportunidade para externar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e apreço.

Teresa de Almeida Prado Franceschi
Promotora de Justica Assessora
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO

PROTOCOLO DE ENTRADA

Sequência:

65 / 2019 <u>Data/Hora:</u> 18/01/2019 15:17

Descrição: OFICIO DO EXPEDIENTE OFÍCIO Nº 62/19-JUR

Ao Excelentíssimo Senhor

Presidente da Câmara Municipar de Jao João da Boa Vista

Rua Antonina Junqueira, 195-A (2° andar) - Centro

CEP: 13870-902 SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP

ifol



NIINISTPRIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCUR ADORIA GERAL DE JUSTIÇA SURROST RADORIA GERAL DE JUSTIÇA SURROST RADORIA GERAL DE JUSTIÇA

São Paulo, 09 de janeiro de 2019.

Officia e.º 62/19 - JUR Protecolode e.º 26.609/2017 - MP

OPICIO DO EXPEDIENTE & / 2019

STIME OF SOURCE

De ordem do Excelentissimo Sentror Procurador-Ceral de luellogo, encominho a Vossa Excelencia cópia da petição inicial de Ação Direta de Inconstitucionalidade, item como de decisão de arquivamento para consecimento.

Prevoleço-me do oportunidade para externar a voisc-

sustânda protestos de elevada estima e apreço

Teresa de Almeide Prado Franceschi Promotora de Justica Assessada

Residente da Câmara Municipal de São João de Bea Vista Rua Antonina Junqueira, 195-A (2º andar) - Centro CEP: 13870-902 SÃO JOÃO DA BOA VISTA SP



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Protocolado nº 26.609/17

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA PREVISTOS NO ANEXO III, TABELAS A, B E D, DA LEI Nº 670, DE 22 DE MAIO DE 1.992, E POSTERIORES ALTERAÇÕES, DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA. ESTRUTURA FUNCIONAL DA PREFEITURA. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES. ATIVIDADES REGULAMENTADAS APENAS POR DECRETO. CRIAÇÃO ABUSIVA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO: FUNÇÕES TÉCNICAS, BUROCRÁTICAS E OPERACIONAIS. TEMA RG 1010. DOTAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS DA ADVOCACIA PÚBLICA A CARGO EM COMISSÃO.

1. Ausência de descrição legal das atribuições de cargos em comissão e funções de confiança previstos no Anexo III, Tabelas A, B e D, da Lei nº 670/1.992, de São João da Boa Vista. Violação ao princípio da reserva legal. O núcleo das competências, dos poderes, dos deveres, dos direitos, do modo da investidura e das condições do exercício das atividades do cargo público deve estar descrito na lei. Impossibilidade de fixação das atribuições em decreto (art. 115, II e V, CE/89, que reproduz o art. 37, II e V, CF). Tema de repercussão geral 1010.



.Bre D. de lei nº 670/1.992, de 550 kelle

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

2. Inconstitucionalidade dos cargos em comissão de GRUAS OAZ EG OGATZE OG "Assistente de Gabinete", "Assistente de Programas Habitacionais", "Assessor do Departamento de Cultura", "Chefe do Setor de Tráfego", "Chefe do Setor de Transporte Escolar", "Chefe do Setor de Controle Animal" e "Diretor do Departamento Jurídico" ou "Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista", previstos no Anexo III da Lei nº 670/1.992, com a redação dada pelas Leis nº 3.770/2.014. 3.771/2.017, n° 4.128/17, n° 4.132/2.017, n° 4.143/2.017, n° 4.159/17, n° 4.160/2.017 e n° 4.243/2.017, de São João da Boa Vista, tendo em vista que as atribuições não evidenciam funções de assessoramento, chefia e direção, e sim funções técnicas, burocráticas, operacionais e profissionais a serem preenchidas por servidores públicos investidos em cargos de provimento efetivo (arts. 111, 115, II e V, CE/89, que reproduz o art. 37, caput e incisos II e V, CF). Tema de repercussão Geral 1010.

3. O cometimento de competências inerentes à advocacia pública é reservado a profissionais recrutados pelo sistema de mérito. Inconstitucionalidade dos cargos de provimento em comissão de "Assessor Jurídico Especial" e de "Diretor do Departamento Jurídico" ou "Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista", previstos no Anexo III da Lei nº 670/1.992, com a redação dada pela Lei nº 4.070/2.017 e nº 4.243/2.017, do Município de São João da Boa Vista. Violação aos arts. 98 a 100, 111, 115, II e V, CE/89 que reproduzem os arts. 37, caput, II e V, e 132, CF).



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO

PAULO, no exercício da atribuição prevista no art. 116, VI, da Lei Complementar Estadual n. 734, de 26 de novembro de 1.993, e em conformidade com o disposto no art. 125, § 2°, e no art. 129, IV, da Constituição da República, e nos arts. 74, VI, e 90, III, da Constituição do Estado de São Paulo, com amparo nas informações colhidas no incluso protocolado em epígrafe referido, vem perante esse Egrégio Tribunal de Justiça promover a presente AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE em face (i) das expressões "Chefe do Gabinete do Prefeito", "Chefe da Assessoria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento", "Chefe da Assessoria Jurídica", "Diretor do Departamento de Administração", "Diretor do Departamento de Finanças", "Diretor do Departamento de Engenharia", "Diretor do Departamento de Serviços, Obras e Infra-Estrutura", "Diretor do Departamento de Educação", "Diretor do Departamento de Assistência Social", "Diretor do Departamento de Saúde", "Diretor do Departamento de Cultura", "Diretor do Departamento de Esportes", "Diretor do Departamento de Turismo", "Assessor de Relações Públicas", "Oficial de Gabinete", "Secretário Executivo do Prefeito", "Secretário Geral", "Secretário da Junta de Alistamento Militar", "Chefe da Assessoria para Assuntos Extraordinários", "Agente de Crédito", "Administrador do Aeródromo Municipal", "Assessor de Desenvolvimento de Programas Habitacionais", "Diretor do Departamento de Recursos Humanos", "Diretor do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento", "Assessor Técnico de Direção do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento", "Assessor de Trânsito e Segurança", "Administrador de Cemitério", "Assessor do Gabinete do Prefeito", "Diretor Clínico", "Assistente do Administrador do Cemitério",



Parotici "

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

OAZ 3G OGATE"Assessor do Departamento de Esportes", "Assessor Jurídico Especial", "Assistente do Depto. de Assistência Social", "Diretor da Escola Municipal de 2º Grau e Ensino Supletivo Professor Hugo Sarmento", "Assistente de Gabinete", "Assistente de Programas Habitacionais", "Assessor do Departamento de Cultura" ou "Assessor do Diretor do Departamento de Cultura", "Chefe do Setor de Tráfego", "Chefe do Setor de Transporte Escolar", "Chefe do Setor de Controle Animal" e "Diretor do Departamento Jurídico" ou "Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista" (referentes à Tabela A), a obtado alas das expressões "Supervisor de Ensino", "Diretor de Escola", "Vice-Diretor de Escola", "Assistente Pedagógico"e "Coordenador Pedagógico" (referentes à Tabela B), bem como das expressões "Chefe do Setor de Cadastro", "Chefe do Setor de Contabilidade", "Chefe do Setor de Desenvolvimento de Projetos", "Chefe do Setor de Nutrição", "Assessor de Planejamento e Controle do Departamento de Promoção Social", "Encarregado do Setor de Manutenção de Vias", "Encarregado do Setor de Obras e Edificações", "Encarregado do Setor de Conservação Animal", "Encarregado do Serviço de Coleta de Lixo e Varrição", "Encarregado do Serviço de Marcenaria", "Assistente de Diretor da Escola Professor Hugo Sarmento", "Chefe do Setor de Protocolo e Arquivo", "Chefe do Setor de Tesouraria", "Encarregado da Secção de Arquivo", "Encarregado do Serviço de Administração do CSU Luiz de Freitas', "Encarregado do Serviço de Administração do CSU 'Miguel Jorge Nicolau', "Encarregado do Serviço de Galerias" eb stranga "Encarregado do Serviço de Guias e Sarjetas", "Encarregado do Serviço de Manutenção de Vias Rurais", "Encarregado do Serviço de ab electrica de Manutenção Elétrica", "Encarregado do Serviço de Manutenção Hidráulica", "Encarregado do Serviço de Oficina Mecânica",



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

"Encarregado do Serviço de Pavimentação Asfáltica", "Encarregado do Serviço de Serralheria", "Encarregado do Setor de Expediente do Depto. de Educação", "Encarregado do Setor de Transporte Escolar", "Chefe do Setor de Controle de Materiais e Patrimônio", "Chefe do Setor de Administração de Recursos Humanos", "Chefe do Serviço de Folha de Pagamento", "Encarregado de Administração do CIC 'Tancredo de Almeida Neves', "Encarregado do Serviço de Trânsito", "Chefe da Divisão de Proteção Social", "Chefe do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Nova República", "Chefe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim Recanto do Jaguari", "Chefe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Central", "Chefe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)?, "Encarregado da Seção de Sistema de Informação Cadunico", "Assessor Financeiro", "Encarregado do Controle de Execução dos Serviços Socioassistenciais", "Chefe do Setor de Proteção e Defesa do Consumidor", "Assessor de Gestão Administrativa de Serviços e Obras", "Chefe do Setor de Manutenção de Vias", "Chefe do Setor de Obras e Edificação", "Chefe da Divisão de Obras e Infraestrutura", "Assessor Técnico de Direção do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento", "Assessor de Finanças", "Assessor Financeiro do Depto. Assist. Social", "Assessor de Planejamento e Controle de Repasses ao Terceiro Setor", "Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos" e "Chefe da Secção de Contratos" (referentes à Tabela D), constantes do Anexo III, Tabelas A, B e D, da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992, do Município de São João da Boa Vista, com as alterações promovidas pelas das Leis nº 19, de 01 de abril de 1.993, nº 237, de 13 de dezembro de 1.994, n° 672, de 22 de junho de 2.001, n° 1.630, de 29 de julho de 2.005, n° 2.183, de 04 de dezembro de 2.007,



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

sh companion n° 2.294, de 23 de abril de 2.008, alterada pela Lei n° 2.791, de 12 de maio de 2.010, n° 2.719, de 15 de dezembro de 2.009, n° 2.721, de 15 de dezembro de 2.009, n° 2.724, de 15 de dezembro de 2009, n° 3.064, de 14 de outubro de 2.011, nº 3.453, de 10 de dezembro de 2.013, nº 3.495, de 18 de fevereiro de 2.014, n° 3.514, de 10 de março de 2.014, n° 3.554, de 08 de abril de 2.014, n° 3.770, de 17 de dezembro de 2.014, n° 3.771, de 17 de dezembro de 2.014, n° 4.070, de 17 de fevereiro de 2.017, n° 4.072, de 17 de fevereiro de 2.017, n° 4.074, de de fevereiro de 2.017, nº 4.075, de 17 de fevereiro de 2.017, nº 4.077, de 17 de fevereiro de 2.017, n° 4.099, de 21 de março de 2.017, n° 4.128, de 23 de maio de 2.017, n° 4.132, de 30 de maio de 2.017, n° 4.143, de 13 de junho de 2.017, n° 4.159, de 27 de julho de 2.017, n° 4.160, de 27 de julho de 2.017 e n° 4.243, de 12 de dezembro de 2.017 (alterações referentes à Tabela A do Anexo III), Leis nº 318, de 14 de junho de 1.999, n° 442, de 15 de março de 2.000, n° 759, de 14 de dezembro de 2.001, n° 992, de 16 de dezembro de 2.002, n° 1.557, de 05 de abril de 2.005, n° 1.579, de 02 de junho de 2.005, n° 1.851, de 09 de maio de 2.006, n° 2.269, de 25 de março de 2.008, n° 2.608, de 09 de setembro de 2.009, n° 2.821, de 16 de junho de 2.010, n° 2.841, de 29 de junho de 2.010, n° 2.964, de 13 de abril de 2.011, n° 3.056, de 04 de outubro de 2.011, n° 3.136, de 10 de abril de 2.012, n° 3.137, de 10 de abril de 2.012, n° 3.483, de 20 de dezembro de 2.013, n° 3.514, de 10 de março de 2.014, n° 3.668, de 16 de setembro de 2.014, n° 3.738, de 11 de novembro de 2.014, n° 3.746, de 25 de novembro de 2.014, n° 4.079, de 17 de fevereiro de 2.017, n° 4.105, de 11 de abril de 2.017 e n° 4.174, de 29 de agosto de 2017 (alterações referentes à Tabela B do Anexo III), e Leis n° 711, de 26 de setembro de 2.001, n° 887, de 28 de junho de 2.002, n° 888, de 28 de junho de 2.002, n° 1.696, de 23 de



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

novembro de 2.005, n° 2.137, de 28 de agosto de 2.007, n° 2.145, de 11 de setembro de 2.007, n° 2.146, de 11 de setembro de 2.007, n° 2.657, de 21 de outubro de 2.009, n° 2.663, de 27 de outubro de 2.009, n° 2.712, de 15 de dezembro de 2.009, n° 3.017, de 09 de agosto de 2.011, n° 3.024, de 23 de agosto de 2.011, n° 3.052, de 03 de outubro de 2.011, n° 3.293, de 07 de maio de 2.013, n° 3.364, de 20 de agosto de 2.013, n° 3.367, de 20 de agosto de 2.013, n° 3.369, de 20 de agosto de 2.013, n° 3.447, de 03 de dezembro de 2.013, n° 3.496, de 18 de fevereiro de 2.014, n° 3.514, de 10 de março de 2.014, n° 3.739, de 18 de novembro de 2.014, n° 3.985, de 27 de abril de 2.016 e n° 4.124, de 09 de maio de 2.017, do Município de São João da Boa Vista (alterações referentes à Tabela D do Anexo III); (ii) das Leis nº 3.770, de 17 de dezembro de 2.014, n° 3.771, de 17 de dezembro de 2.014, n° 4.160, de 27 de junho de 2.017, dos arts. 1° e 2° da Lei n° 4.143, de 13 de junho de 2.017, dos arts. 1° e 2° da Lei n° 4.132, de 30 de maio de 2.017, dos arts. 1° e 2° da Lei n° 4.159, de 27 de julho de 2.017, e dos arts. 13 e 14 da Lei nº 4.243, de 12 de dezembro de 2.017, todas de São João da Boa Vista; e (iii) por arrastamento, do Decreto nº 4.962, de 21 de agosto de 2.014, de São João da Boa Vista, no que diz respeito às unidades impugnadas, pelos fundamentos a seguir expostos:

I – DOS ATOS NORMATIVOS IMPUGNADOS.

A Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992, de São João da Boa Vista, disciplinou o plano de carreira dos servidores públicos da Prefeitura Municipal, e, em sua redação original, no que interessa, determinou (fls. 17/37):

Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992

I FRANCES CONTRACTOR OF EXPERIENCES



São logo du São Visio

17 le dezembro de 2,014, n

dos arts 1° e 2° da Lei nº 4,143, de 13

2° da Lei n' 4.132, de 20 de maior de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista e dá outras providências

il, de 15 de derembro (4.)

Art. 1° - O Plano de Carreiras dos servidores Públicos da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista obedecerá as disposições constantes desta lei e da lei n° 656, de 28 de Abril de 1.992.

Art. 2° - Para efeito desta lei considera-se:

(...)

II - CARGO PÚBLICO - O conjunto indivisível de atribuições específicas, com denominação própria, número certo e amplitude de vencimentos correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei, sob regime instituído pela Lei nº 656, de 28 abril de 1.992, podendo ser de provimento efetivo ou em comissão.

lo do Boa Vistor e ///(...)

b) CARGO PÚBLICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO: O cargo público criado por lei e de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, nos termos do inciso II do artigo 11 da Lei nº 656, de 28 de abril de 1.992.

Municipal, ily em sua redacăd...):

XVII - QUADRO PERMANENTE DA PREFEITURA - O conjunto dos cargos públicos de provimento efetivo e em comissão e das funções gratificadas da



en appropriate propriate the second second

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

administração direta do Município de São João da Boa Vista, criados por esta lei;

(...)

Art. 33 - Os cargos de provimento em comissão da Prefeitura do Município de São João da Boa Vista, designados pelo símbolo CC, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, com sua denominação, quantidade e remuneração, são os fixados de conformidade com o Anexo III desta lei.

Art. 34 - As FUNÇÕES DE CONFIANÇA da Prefeitura do Município de São João da Boa Vista serão de 02 (dois) tipos, a saber:

I - FUNÇÕES GRATIFICADAS DE SUPERVISÃO: símbolo FGS: funções com denominação, número e respectivas gratificações fixadas no Anexo III desta lei, para as quais o Chefe do Executivo poderá livremente designar e afastar servidores públicos municipais, para responder por unidades administrativas, respeitadas as qualificações necessárias.

II - FUNÇÕES GRATIFICADAS DE ASSESSORIA - símbolo FGA: funções com denominação, número e respectivas gratificações fixadas no Anexo III desta lei, para as quais o Chefe do Executivo poderá livremente designar e afastar servidores públicos municipais, para atividades de apoio e assessoramento, respeitadas as qualificações necessárias.



GRATHICADAS DE SUPERNISAD

threes com denomination, and second

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderão ser nomeados para la plea aog tobolas Funções Gratificadas de Supervisão ou de Assessoria, servidores de órgãos públicos da administração municipal autárquica ou fundacional ou de outras esferas da Administração Pública que estejam prestando serviços a municipalidade.

Art. 47 - Fazem parte integrante desta Lei e de suas

putieren de ADMARMOD 30 3300MUZ 34 Art. 48 - Ficam extintos todos os cargos e empregos ones ataly nod ab a ol o la permanentes, temporários ou em comissão criados anteriormente a esta lei, especialmente aqueles a que se referem as leis municipais n° 429, de 31 de março de 1.987, e nº 656, de 28 de abril de 1.992.

dis grafificações fixados no Arlexe Medeste (...)

> Art. 50 - Fica expressamente revogada a Lei nº 573, de 26 de abril de 1.988.

> Art. 51 - Esta Lei e suas Disposições Transitórias, entram em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as decorrentes da Lei nº 429, de 31 de março de 1.987, retroagindo, para todos os seus efeitos a 1º de maio de 1.992.

(...). (sic)

O Anexo Wederlei nº 670, de 22 de maio de 1.992, do Município de São João da Boa Vista, nos termos do art. 33 supramencionado, regulamentou o quadro dos cargos em comissão e funções de confiança da Prefeitura Municipal, in verbis (fl. 47):



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

(...)

ANEXO III - QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

	TABELA A CARGOS EM COMISSÃO	o todaki: 1 Oslati	MORA POR
	DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUNERAÇÃO (CR\$)
	CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO	.1	2.580,000.00
	CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO	1.	2.580,000.00
asign anticologic	CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	1	2.580,000.00
whemon resident	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	1	2.580,000.00
	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	sbin l es treb a	2.580,000.00
nytonico 04	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA	e leblo	rainin, o
	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO	1	2.580,000.00
	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS	1 (5) (5) (6)	2.580,000.00
io 75, ma 18-10		8093	2.580,000.00
	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	1	2.580,000.00
	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	1	2.580,000.00
	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	1	2.580,000.00
op votemi	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE		2.580,000.00



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

ESPORTES E TURISMO		
ASSESSOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS	1	2.100,000.00
OFICIAL DE GABINETE	1 1 1	2.100,000.00
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO PREFEITO	ASHA	650,000.00
MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO	1	530,000.00
SECRETÁRIO GERAL	18.8	1.050,000.00
SECRETARIO DA JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	io Io	636,500.00
TOTAL DE CARGOS EM COMISSÃO	19	
THE DO PREFEIR)	DO GAE	ARO .

(...). (sic) 10 2322A

A Lei nº 670/1.992, de São João da Boa Vista, sofreu alterações posteriores pelo legislador local, que editou diversos atos normativos modificando, de alguma forma, a estrutura administrativa municipal.

De início, cumpre-nos elencar as transformações promovidas na **Tabela A** do Anexo III da Lei nº 670/1.992, de São João da Boa Vista, que cuida dos cargos de provimento em comissão na estrutura administrativa local, realizadas por posteriores atos normativos. Senão vejamos.

A Lei nº 19, de 01 de abril de 1.993, do Município de São João da Boa Vista, que "Altera denominação de Cargos em Comissão que específico, constantes da Tabela 'A' do Anexo III da Lei nº 570, de 22 de maio de 1.992', assim estabeleceu (fl. 235):

Art. 1° - Ficam alteradas as denominações dos Cargos em Comissão de "Diretor do Departamento de Esportes e Turismo" para "Diretor do Departamento de Esportes" e, de "Diretor do Departamento de Cultura" para "Diretor do



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Departamento de Cultura e Turismo", constantes da Tabela "A" do anexo III da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 237, de 13 de dezembro de 1.994, de São João da Boa Vista, a seu modo, preceituou (fls. 1.158/1.159):

Art. 1° - Fica alterado a Tabela "A" - Cargos em Comissão constante do Anexo III - Quadro dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança, da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, que passa a vigorar de acordo com o Anexo I deta Lei.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

(sic)

ANEXO I		
ANEXO III - QUADRO DOS CARGOS I CONFIANÇA	EM COMISSÃ	O E FUNÇÕES DE
TABELA A		
CARGOS EM COMISSÃO		
DENOMINAÇÃO	QUANT.	REMUNERAÇÃO
permit occupatations a agov man		R\$
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	01	1.289,17
CHEFE DA ASSES. TEC. PLANEJAMENTO	01	1.289,17
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	01	1.289,17
DIRETOR DO DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO	01	1.289,17
DIRETOR DO DEPTO. DE FINANÇAS	01	1.289,17
DIRETOR DO DEPTO. DE ENGENHARIA	01	1.289,17



VI,985.17

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

DIRETOR DO DO DEPTO. DE OBRAS E VIAÇÃO	01	1.289,17
DIRETOR DO DEPTO. DE SERV. MUNICIPAIS	0 1	1.289,17
DIRETOR DO DEPTO. DE EDUCAÇÃO	01	1.289,17
DIRETOR DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL	01	1.289,17
DIRETOR DO DEPTO. DE SAÚDE	01	1.289,17
DIRETOR DO DEPTO. DE CULTURA E TURISMO	01	1.289,17
DIRETOR DO DEPTO. DE ESPORTES	01	1.289,17
ASSESSOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS	01	1.049,33
OFICIAL DE GABINETE	01	1.049,33
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO PREFEITO	01	324,79
MOTORISTA.DO GABINETE DO PREFEITO	01	264,82
SECRETÁRIO GERAL	01	524,65
SECRETÁRIO DA JUNTA DE ALIST. MILITAR	01	318,05
DIRETOR DA ESCOLA MUN. 2° GRAU E ENSINO	01	1.289,17
SUPLETIVO "PROF. HUGO SARMENTO"	14.44	201711

care et ata an rogiv ma à prine les otras de (...) (sic)

Outrossim, foi editada a Lei nº 672, de 22 de junho de 2.001, do Município de São João da Boa Vista, que "Cria cargo em comissão de Assistente de Gabinete e extingue o cargo em comissão de Motorista do Gabinete do Prefeito", in verbis (fl. 276):

Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do quadro de cargos em comissão, constante do anexo III da Lei n° 670/92, o cargo de Assistente de Gabinete, com uma vaga e remuneração mensal fixada em R\$ 452,20 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos).

Art. 2° - Fica extinto da tabela "A" do anexo III da Lei nº 670, o cargo de Motorista de Gabinete do Prefeito.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Ficam revogadas as disposições em contrário. (sic - grifo nosso)

A Lei n° 1.630, de 29 de julho de 2.005, também promoveu alterações no quadro de cargos da Prefeitura de São João da Boa Vista, e, no que é pertinente, acrescentou (fls. 1.048/1.050):

Art. 1° - Fica criado na Tabela "A" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo em comissão de Chefe da Assessoria para Assuntos Extraordinários, como segue:

CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERAL DA I	PREFEITURA	- and
DENOMINAÇÃO	QTIDADE	REMUNERAÇÃO
CHEFE DA ASSESSORIA PARA ASSUNTOS EXTRAORDINPÁRIOS		2.843,67

(...)

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até a conclusão e implantação dos trabalhos para os quais a presente Chefia foi instituída.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)". (sic)

A Lei n° 2.183, de 04 de dezembro de 2.007, de São João da Boa Vista, que "Cria na Tabela 'A' do anexo III Lei n° 670/92, o cargo em comissão de Agente de Crédito", assim dispôs (fl. 999):



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo em comissão de **Agente de Crédito**, como segue:

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO GERAL DA	A PREFEITURA	
DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO
AGENTE DE CRÉDITO 111 DE 2001D3 95 01	02	R\$ 1.500,00

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário."

A Lei n° 2.294, de 23 de abril de 2.008, que "Cria na Tabela 'a' do anexo III Lei 670/92, o cargo de Administrador do Aeródromo Municipal', alterada pela Lei n° 2.791, de 12 de maio de 2.010, de São João da Boa Vista, assim dispôs (fls. 1.002/1.003):

Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo em comissão de Administrador do Aeródromo Municipal, como segue:

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO GERAL DA PI	REFEITURA	
Cheffic foi instituido. OÂÇANIMONAD	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO
ADMINISTRADOR DO AERÓDROMO MUNICIPAL	01	R\$ 2.400,00

Art. 2° - O ocupante do cargo criado por esta lei, deverá ter curso de formação de piloto civil e, após admitido, realizar curso de gerenciamento de



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

aeródromos, tão logo seja oferecido pelos órgãos competentes. (Redação promovida pela Lei nº 2.791, de 12 de maio de 2.010)

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário. (*sic* - grifo nosso).

A Lei n° 2.719, de 15 de dezembro de 2.009, do Município de São João da Boa Vista, que "Extingue e cria cargos na Tabela 'A' do Anexo III da Lei 670/92', por sua vez, trouxe as seguintes disposições (fls. 277/278):

Art. 1° - Fica extinto da Tabela "A" do Anexo III da Lei 670/92, o cargo de Diretor do Departamento de Serviços Municipais.

Art. 2° - Fica criado na Tabela "A" do Anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo constante do Anexo I desta lei.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de janeiro de 2.010.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

CARGO CRIADO POR ESTA LEI QUE PASSARÁ A INTEGRAR A TABELA "A" DO ANEXO III DA LEI 670/92



e cria carda: na Tabela 'A' do Anexa III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERAI	DA PREFEITURA	
DENOMINAÇÃO ala planta de la	QTIDADE	REMUNERAÇÃO
ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS	DE 01	3.522,65

(...)". (sic - grifo nosso)

A Lei n° 2.721, de 15 de dezembro de 2.009, "Cria cargos na Tabela 'A' do Anexo III da Lei 670/92', como se vê de seu teor (fls. 1.004/1.005):

Art. 1° - Ficam criados na Tabela "A" do Anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, os cargos constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de janeiro de 2.010.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

CARGOS CRIADOS POR ESTA LEI QUE PASARÃO A INTEGRAR A TABELA "A" DO ANEXO III DA LEI 670/92

TABELA A		
CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERAL D.	A PREFEITURA	
DENOMINAÇÃO	QTIDADE	REMUNERAÇÃO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	01	3.522,65
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	OGALSOI ODSA	3.522,65

(...). (sic - grifo nosso)

João da Boa Vista, que "Altera nome de cargos constantes da Tabela 'A'



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

do Anexo III da Lei 670/92°, apresentou a seguinte redação (fls. 279/280):

Art. 1° - Fica alterada a nomenclatura de cargos constantes da tabela "A" do anexo III da Lei 670 de 22 de maio de 1.992, conforme anexo I desta lei.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

CARGOS CONSTANTES DA TABELA "A" DO ANEXO III DA LEI 670/92, QUE TIVERAM OS NOMESCALTERADOS EM RAZÃO DA MUDANÇA DE NOME DOS RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS E ASSESSORIAS

DENOMINAÇÃO ATUAL	NOVA DENOMINAÇÃO
CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO	CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS, OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei nº 3.064 de 14 de outubro de 2.011, de São João da Boa Vista, a seu modo, assim disciplinou (fl. 1.006):

> Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670/92 de 22 de maio de 1.992, o carao em comissão de Assessor Técnico de Direção do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, como segue:



TO SHOW IN COURT

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

	CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERAL DA	PREFEITURA	
	DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO
atura de carg Il da Lei 670 co i dessa kali .	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE,	01	3.343,27

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário. (sic - grifo nosso).

A Lei nº 3.453, de 10 de dezembro de 2.013, de São João da Boa Vista, previu o quanto segue (fl. 1.075):

> Art. 1° - Fica criado na Tabela "A" do anexo III da Lei nº 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo em comissão de Assessor da Divisão de Trânsito, como segue:

CARGOS EM COMISSÃO DO QUADI	RO GERAL DA	DDEELITIDA	
DENOMINAÇÃO	QTDADE	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS
ASSESSOR DA DIVISÃO DE TRÂNSITO	() 04	4.044,02	()

Vista, o seu modo, casim discipl neu (fl. 1.006):

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic)



akana ayakka ka ana menang tang katap taknala sahi bantasah

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Marian Comment and

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Já a Lei n° 3.495, de 18 de fevereiro de 2.014, de São João da Boa Vista, criou na Tabela "A" do Anexo III da Lei n° 670/92 o cargo em comissão de "Administrador de Cemitério", nos seguintes termos (fl. 1.007):

Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo em comissão de Administrador de Cemitério, como segue:

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERA	L DA PREFEITURA	
DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO
ADMINISTE ADOR DE CEMITÉRIO	1.7.7.	R\$-3. 88,0 L

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 3.514, de 10 de março de 2.014, de São João da Boa Vista, que "Altera a redação do Artigo 33 da Lei n° 670/92, e cria as tabelas "E", "F" e "G" no anexo II também da Lei 670/92", prescreveu, no que é pertinente (fls. 1.051/1.063):

Art. 1° - Fica alterada a redação do Artigo 33 da Lei n° 670/92, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33 - Os cargos de provimento em comissão da Prefeitura do Município de São João da Boa Vista, são subdivididos em 03 (três) tipos a saber:



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

ob coot casa esta M. C. ab cata ever so I - Os constantes da tabela 'A' do anexo III, que tem o símbolo C.C., são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo;

II - Os constantes da tabela 'B' do anexo III, que tem o símbolo C.C.O.S.M, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, dentre servidores ocupantes de cargos ou empregos de provimento efetivo constante do Grupo Operacional do Magistério;

III - Os constantes da tabela 'D' do anexo III, que tem o símbolo C.C.O.S., são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, dentre servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo."

Art. 2° - Em razão da alteração de que trata o Artigo 1° desta lei, as tabelas "A", "B" e "D" do anexo III da Lei 670/92, passam a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

Art. 3° - Ficam criadas no anexo II da Lei 670/92, as tabelas "E", "F" e "G" conforme anexo II desta Lei.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO

Tabela "A" do anexo III da Lei 670/92

22



green of a south trade, when

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERAL DA PREFEITURA SÍMBOLO C.C.

	DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO IGUAL À CLASSE
		JAIL TON 90 DE	DA TABELA "E" DO ANEXO II
	ADMINISTRADOR DO AERÓDROMO MUNICIPAL		3 WH # / /
Y	AGENTE DE CRÉDITO	02	4
	ASSESSOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS	01	2
	ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS	01 A	
	ASSESSOR TÉCNICO DE DIREÇÃO DO DEPTO. DE MEIO AMBIENTE	KAS RAS CARA TEN	384) 2
and a second	ASSISTENTE DE GABINETE	01	8
	CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	01	1
ie va šea Visi	CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO	01	1
1.1.06-69-1.1	CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	01	1
	DIRETOR CLÍNICO	01	1
	DIRETOR DA ESCOLA PROF. HUGO SARMENTO		Contour Uni
	DIRETOR DO DEPTO. DE FINANÇAS	. 01	1
	DIRETOR DO DEPTO. DE ADMINISTRAÇÃO	-1:/-	
lach ese ese l	DIRETOR DO DEPTO, DE ESPORTES	BERAKI	entition of the
	DIRETOR DO DEPTO. DE CULTURA E	1	1



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

DIRETOR DO DEPTO. DE EDUCAÇÃO	1	1
DIRETOR DO DEPTO. DE ENGENHARIA	CARGOS	1
DIRETOR DO DEPTO. DE SERVIÇOS,	1	1
OBRAS E INFRAESTRUTURA OADAVIMO	BC	
DIRETOR DO DEPTO. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
DIRETOR DO DEPTO. DE SAÚDE	1	1
DIRETOR DO DEPTO. DE RECURSOS		1
DIRETOR DO DEPTO. DE MEIO AMBIENTE,		1
GRICULTURA E ABASTECIMENTO		
PFICIAL DE GAUNETE DO PREFEITO		2
ECRETÁRIO DA JUNTA DE ALISTAMENTO	MASODSH	7
ONICO DE DIRECTO PO		
ECRETÁRIO EXECUTIVO DO PREFEITO	.0/96	6
ECRETARIO GERAL	7212 d A	5

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei nº 3.554, de 08 de abril de 2.014, de São João da Boa Vista, alterando a estruturada administrativa local, estabeleceu (fl. 1.064):

Art. 1° - Altera os requisitos para o cargo em comissão de Assessor da Divisão de Trânsito, constante da Tabela "A" do Artigo 1° da Lei n° 3.453, de 10 de dezembro de 2.013, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - O ocupante do cargo criado por esta lei deverá possuir conhecimentos específicos na área".



(a) v. v. v. (A) 持續計畫 (關鍵集) 等等以下

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se ás disposições em contrário.

A seu modo, a Lei n° 3.770, de 17 de dezembro de 2.014, de São João da Boa Vista, instituiu na Tabela "A" do Anexo III da Lei n° 670/1.992 o cargo em comissão de "Assistente de Programas Habitacionais", conforme nota-se de seu inteiro teor (fl. 1.015/1.016):

Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo a seguir:

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERAL I	A PREFEITURA	CX + Dif Do
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO
ASSISTENTE DE PROGRAMAS HABITACIONAIS	02	8 Overh

- Art. 2° São atribuições do Assistente de Programas Habitacionais:
- I Executar, sob supervisão, tarefas gerais na organização e controle do Cadastro Habitacional Municipal, cadastramento continuado, atualização e baixa;
- II Providenciar documentação junto às famílias para aquisição da casa própria (Dossiês);
- III Providenciar documentação junto aos órgãos financiadores dos empreendimentos habitacionais;
- IV Executar procedimentos relativos a organização dos sorteios, entrega de empreendimentos;



. out 'ely mob on ropiy me

At the state of the Children

de de "Assistente de Programa

de maio da 1.992, o cardo a se

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

V - Organizar o Arquivo histórico e documental referente aos conjuntos habitacionais no munícipio;

 VI – Executar as tarefas relacionadas ao atendimento dos usuários internos/externos dos órgãos da administração;

VII - Executar as tarefas relacionadas ao atendimento dos usuários internos/externos dos órgãos da administração;

Ari. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições; m contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 3.771, de 17 de dezembro de 2.014, de São João da Boa Vista, instituiu na Tabela "A" do Anexo III da Lei n° 670/1.992 o cargo de provimento comissionado de "Assessor do Diretor do Departamento de Cultura e Turismo", in verbis (fl. 1.015/1.016):

"(...)

Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei nº 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo a seguir:

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERA	L DA PREFEITURA	
DENOMINAÇÃO do apidendia do COSSIBEL	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO
ASSESSOR DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	01	3

Art. 2° - São atribuições do Assessor do Diretor do Departamento de Cultura e Turismo:



On DIVICE CO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

I – Supervisionar e coordenar as atividades relacionadas a realização dos programas, tais como: transporte e montagem de exposições em geral, projeção ou exibição de filmes e videotapes, montagens de eventos em geral, tais como de teatro, dança e música, etc., e eventos relacionados ao turismo;

 II – Organização de documentos necessários para a realização de eventos;

Supervisionar criação, pré-produção, organização da produção, realização, montagem e apresentação;

IV – Definir com o Chefe da Seção de Eventos, fases
 da elaboração e montagem de eventos; fases

 V – Fazer vistorias técnicas de espaços a serem utilizados para eventos culturais;

VI – Manter arquivo de recursos humanos;

VII – Manter arquivo atualizado de firmas prestadoras de serviços inerentes as necessidades do departamento, bem como de Orquestras, Cantores, Bandas e demais prestadores de serviços;

VIII – Trabalhar em conjunto com o Diretor de Cultura e Turismo.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

A seu turno, a Lei nº 4.070, de 17 de fevereiro de 2.017, de São João da Boa Vista, que "*Cria cargos na Tabela 'A' do Anexo III da Lei nº 670/92 e extingue cargos e vagas*", determinou, no que é pertinente (fl. 1.008/1.010):

Art. 1° - Ficam criados na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670/92 de 22 de maio de 1.992, os cargos a seguir:

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO	GERAL DA PREFE	ITURA
DENOMINAÇÃO	Marie Company of the	REMUNERAÇÃO
ASSESSOR DO GABINETE DO PREFEITO		2
ASSISTENTE DO ADMINISTRADOR DO CEMITÉRIO	01	8
ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	01	2
ASSESSOR JURÍDICO ESPECIAL	01	1

Art. 2° - Ficam extintos os cargos e vagas, de acordo com o Anexo I desta lei.

Ari. 3° - As atribuições dos cargos criados por esta lei fazem parte do Decreto n° 4.962, de 21 de agosto de 2.014.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

Tabela 'A' do Anexo III da Lei nº 670/92", assim previu (fl. 1.011):



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670/92 de 22 de maio de 1.992, o cargo a seguir:

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO SÍMBOLO C.C.	GERAL DA PREF	EITURA
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO IGUAL À CLASSE DA TABELA "E" DO ANEXO II
ASSISTENTE DO DEPTO. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	01	8

Art. 2° - As atribuições do cargo em comissão criado por esta lei encontram-se estabelecidas no Decreto n° 4.962/2014.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 4.074, de 17 de fevereiro de 2.017, do referido Município, apenas alterou a nomenclatura do cargo de "Assessor da Divisão de Trânsito", da seguinte forma (fl. 1.012):

Art. 1° - O cargo em comissão de Assessor da Divisão de Trânsito, constante da tabela "A" do anexo III da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992, passa a denominar-se Assessor de Trânsito e Segurança.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua compos o 2001 et clam els 22 els copublicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei nº 4.075, de 17 de fevereiro de 2.017, de São João da Boa Vista, a seu turno, promoveu as seguintes alterações na estrutura administrativa local (fl. 327):

Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, o cargo a seguir:

TABELA A	OG STREET	A I
CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO	GERAL DA PREFI	ITURA
DENOMINAÇÃO .		REMUNERAÇÃO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO		1

Art. 2° - As atribuições do cargo em comissão criado por esta lei encontram-se estabelecidas no Decreto n° 4.962/2014.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário. (...). (sic - grifo nosso)

Já a Lei n° 4.077, de 17 de fevereiro de 2.017, do referido Município, assim determinou (fl. 1.066):

Art. 1º - Ficam criadas 02 (duas) vagas no cargo em supez a otienta a la comissão de Assistente de Gabinete, constante da



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

tabela "A" do anexo III da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

A Lei n° 4.099, de 21 de março de 2.017, do referido Município, que "Altera a nomenclatura do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Cultura e Turismo, constante da tabela 'A' do anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1992", a seu modo, consignou (fl. 366):

Art. 1° - O cargo em comissão de Diretor do Departamento de Cultura e Turismo, constante da tabela "A" do anexo III da Lei nº 670, de 22 de maio de 1992, passa a denominar-se Diretor do Departamento de Cultura.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei nº 4.128, de 23 de maio de 2.017, de São João da Boa Vista, alterou a denominação do cargo em comissão de "Assessor do Diretor do Departamento de Cuitura e Turismo", como depreende-se de sua redação (fl. 1.013):

Art. 1° - Fica alterada na tabela "A" do anexo III da
Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, a denominação
do cargo em comissão de Assessor do Diretor do
Departamento de Cultura e Turismo, que passa a



Fice alteredo no tabella "A" do anexa III d

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

HOLSELL ATATEL SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

de Cultura".

Art. 2° - O Inciso VIII, do art. 2° da Lei n° 3.771, de 17 de dezembro de 2.014, passa a vigorar com a seguinte redação: "Trabalhar em conjunto com o Diretor de Cultura."

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário. (sic)

A Lei nº 4.132, de 30 de maio de 2.017, de São João da Boa Vista, instituiu na Tubela "A" do Anexo III da Lei nº 670/1.992 o cargo de provimento comissionado de "Chefe do Setor de Tráfego", nos seguintes termos (fls. 1.019/1.020):

Art. i° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo a seguir:

em contrários	TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERAI SÍMBOLO C.C.	L DA PREFEITURA	
	DENOMINAÇÃO cason offine - (Av.) .(a.)	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO IGUAL À CLASSE "E" DO
	, de 23 de maio de 2.017, de 5ão lo		ANEXO II
er çlo Diretor do	CHEFE DO SETOR DE TRÁFEGO	onimoth b u	pretto 5

Art. 2° - As atribuições do cargo em comissão criado por esta lei são as seguintes:

Coordenar e supervisionar as atividades de contenta de



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

elementos utilizados na sinalização do tráfego urbano e rural do município; coordenar a fiscalização das concessionárias de transporte coletivo do município, dos serviços de transportes de carga e de passageiros; coordenar, supervisionar e orientar os serviços de estamparia, sinalização e fiscalização; desempenhar atividades correlatas e aquelas determinadas pelo Assessor de Trânsito e Segurança e/ou Prefeito.

Art. 3° - Fixa extinto 01 (uma) vaga do cargo de Agente Administrativo, constante da Tabela "C" do Anexo I da Lei n° 670/92, de 22 de maio de 1.992.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

Por sua vez, a Lei n° 4.143, de 13 de junho de 2.017, de São João da Boa Vista, criou na Tabela A do Anexo III da Lei n° 670/1.992 o cargo de provimento comissionado de "Chefe do Setor de Transporte Escolar", senão vejamos (fls. 1.021/1.023):

Art. 1° - Fica criado na tabela "A" do anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, o cargo a seguir:

TABELA A CARGOS EM COMISSÃO DO QUADR SÍMBOLO C.C.	O GERAL DA PREFI	EITURA
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO
A Selection American and Ambred Concession Control of C		IGUAL À CLASSE



opetini ob ei

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

dements dilizades no sinalizad		"E" DO ANEXO II
urbano a rural do municípios coardes		
CHEFE DO SETOR DE TRANSPORTE	01	
ESCOLAR la sogienes sola jolquinum		5

Art. 2° - As atribuições do cargo em comissão criado por esta lei são as seguintes:

1 - Descrição Sintética

Planeja, coordena, controla e executa tarefas específicas, relativas à organização, controle e desenvolvimento administrativo e financeiro ligados ao transporte escolar, manutenção e controle da frota e dos recursos humanos vinculados a estes serviços, a partir de procedimentos gerais do serviço público, das normas/regulamentos/leis municipais, estaduais e federais e das diretrizes e metas da administração municipal.

2 - Atribuições Típicas

- 2.1. Planejar, coordenar, controlar e executar procedimentos relativos ao desenvolvimento, organização e controle;
- u) dos serviços burocráticos e de apoio administrativo ligados ao transporte escolar e dos veículos que compõem a frota do Departamento de Educação, sua manutenção preventiva e corretiva;
- b) do gerenciamento dos recursos humanos ligados ao transporte escolar e dos veículos que compõem a frota do Departamento de Educação;



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

- c) dos recursos econômicos-financeiros, bem
 como fomentando a elaboração do orçamento;
- d) da contratação dos serviços de transporte de alunos, manutenção dos veículos, da aquisição, armazenamento, distribuição e utilização de materiais permanentes e de consumo necessários aos serviços;
- e) da elaboração de roteiros do transporte escolar; elaboração do processo licitatório do transporte escolar; elaboração da planilha de custos do transporte escolar; elaboração das justificativas necessárias e do atendimento dos demais requisitos visando a formalização e operacionalização dos serviços;
- f) do cadastramento dos alunos do transporte escolar;
- g) da fiscalização do transporte escolar, a adequação dos veículos e condutores, das exigências legais do trânsito para execução do transporte escolar;
- h) da gestão e controle dos contratos, convênios e parcerias ligadas ao transporte escolar, bem como da conferência, contrapartida e respectiva prestação de contas, bem assim como da observância do cumprimento da legislação, da elaboração dos laudos de pagamento e ordens de serviço;
- i) do passe escolar, sua concessão, controle, pagamento e contratação;

i sutition of



dos recursos econômicos-financeiros barr

atroporação de rotatros do transporta

ab aliataria estecana al acanadale

escolar, eleboração da planifia de cuetos orte escolar elaboração das justificativas

e de creadimente des dencis requis

de destino e controle dos controlos,

e parcerias ligadas do transperte escolai,

certification, a polytection of parent of the

de contas, bum aisim como da observância

è destadanalizaçõe

introduct do regulo 20

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

- j) do levantamento de dados relativos a prestação dos serviços, do número de dias de efetivo transporte escolar; da elaboração de quadros de condensação do investimento efetuado no transporte escolar, do número de usuários; da quilometragem, entre outros.
- 2.2. Elaborar estudos, pesquisas e levantamento fornecendo subsídios à definição de diretrizes do transporte escolar e a melhoria de sua gestão;
- 2.3. Elaborar pareceres e propor ações relativas a adaptabilidade e aplicação ao município, de normas/regulamentos/leis estaduais e federais na área de transporte escolar;
- 2.4. Executar tarefas afins.

3 - Atribuições Atípicas

- 3.1. Planejar, coordenar, controlar e executar procedimentos relativos ao desenvolvimento, organização e controle das demandas de transporte e deslocamento de servidores das áreas administrativas e pedagógicas do Departamento de Educação;
- a) dos recursos humanos para a operacionalização dos serviços do Setor e dos veículos que compõem a frota do Departamento de Educação, da elaboração de escalas e agendamentos;



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

- b) do gerenciamento dos veículos que compõem a frota do Departamento de Educação, da elaboração de escalas e agendamento;
- c) da manutenção dos veículos, da aquisição, armazenamento, distribuição e utilização de materiais permanentes e de consumo necessários aos serviços;
- d) da elaboração de roteiros, elaboração da planilha de custos, elaboração das justificativas necessárias e do atendimento dos demais requisitos visando a formalização e operacionalização dos serviços e suas contratações;

3.2. Executar tarefas afins.

4 - Requisitos

Conhecimentos - Ensino Médio.

Art. 3° - Fixa extinto 01 (uma) vaga do cargo de Agente Administrativo, constante da Tabela "C" do Anexo I da Lei n° 670/92, de 22 de maio de 1.992.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

the at all wanter no carno

A Lei n° 4.159, de 27 de julho de 2.017, do Município de São João da Boa Vista, foi responsável pelas seguintes alterações (fl. 1.074):

Ari. 1° - Ficam criadas 04 (quatro) vagas no cargo em comissão de Assistente de Gabinete, constante da tabela "A" do anexo III da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992.



custos, e aboração dos justificativos

fixa extend (1) (una) yaga da caras dri

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 2° - As atribuições dos cargos em comissão ab comissão as seguintes:

Dar assistência ao Prefeito em suas relações políticoconsiderativos com os munícipes, órgãos e entidades
sobretimos públicas e privadas, associações de classe, Legislativo
sobretimos públicas e privadas, associações de classe, Legislativo
Municipal e autoridades municipais, estaduais e
federais, além de:

- Atender ao público;
- Controlar a correspondência;
- Preparar relatórios e papéis;
- Desempenhar atividades correlatas e aquelas determinadas pelo Prefeito.
- Art. 3° Dicam extintas O4 (quatro) vagas do cargo de Ajudante de Serviços Especializados, constante da Tabela "A" do Anexo I da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992.
- Art. 4° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Seguindo a mesma técnica legislativa, a Lei nº 4.160, de 27 de julho sus de 2.017, de São João da Boa Vista, criou na Tabela "A" do Anexo III da Lei nº 670/1.992 o cargo comissionado de "Chefe do Setor de Controle Animal", nos seguintes termos (fls. 1.024/1.026):

n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo a seguir:

TABELAA	
	AND AND ADDRESS OF THE PERSON

G CHOSCHE NEWSON A

class eli SS ati .O



e diamans.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

		DELLUNIED A CÃO
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO IGUAL À CLASSE "E" DO ANEXO II
Condenct at terior the cone		
CHEFE DO SETOR DE CONTROLE ANIMAL	01	5

Art. 2° - As atribuições do cargo em comissão criado por esta lei são as seguintes:

1 - Descrição Sintética

Coordenar, orientar e supervisionar os serviços de controle animal do Município de São João da Boa Vista. Prestar serviços médico-veterinários aos animais, das mais variadas espécies, diretamente ou mediante convênio, incluindo atividade de planejamento, direção, supervisão, coordenação e execução relativas à biologia e patologia animal, defesa sanitária, proteção animal, vigilância, inspeção e fiscalização sanitária.

2 - Atribuições Típicas

Planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica à criação, controle e manutenção de animais e à saúde pública, em âmbito municipal, valendo-se de levantamentos de necessidades e do aproveitamento dos recursos existentes;



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

JASAO O Supervisionar as ações de vacinação, castração e controle de animais domésticos, realizadas através de Convênio com estabelecimentos veterinários, IGUAL À CLASSE ONGs e instituições de ensino veterinária: as ações de apreensão, tratamento e destinação de animais em situação irregular, de abandono ou maus tratos nas vias públicas, sinantrópicos ou peçonhentos; As atribuições do corgo em comissão cripçio Acompanhar as ações de fiscalização, através de pessoal capacitado, bem como eventuais aplicações de infrações e demais penalidades; abilition of mischierosine of inshering Coordenar Convênios firmados com wind do Me was a sat sate Rador po occ estabelecimentos veterinários, ONGs legalmente constituídas e instituições de ensino de medicina veterinária; as mais vario das secécles, a retangue cu Proceder à profilaxia, diagnóstico e tratamento de e observados construeres con esta do do animais, realizando exames clínicos e de laboratório, para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais e estabelecer a terapêutica onethologopsiloselle adequada; Proceder ao controle das zoonoses, efetuando e deservolve l'componinos e serviços levantamento de dados, avaliação epidemiológica e pesquisas, para possibilitar a profilaxia de doenças; e assistência récaica à criação, contrafe otidada me continua e de continua e continua e continua e continua de elaboração e coordenação de "volendo-c 'te levori amental 'es programas de combate e controle de vetores,

roedores e zoonoses em geral;

the common territories are the common for the state of th



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Treinar os servidores municipais envolvidos nas atividades relacionadas com fiscalização sanitária e controle de zoonoses, bem como supervisionar a execução das tarefas realizadas;

Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;

Acompanhar os relatórios de atividades mensais das entidades e/ou empresas conveniadas com o Poder Público, para realização de cirurgias e vacinação;

Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;

Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando é discutindo trabalhos técnicocientíficos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;



pareceres, informes técnicos e relatiorlos,

çes e sugerlado medidas para implentação,

dinerto e aperieipomento de allythedes

das chiviadas da habitante a

disconiido mábelhos recnico

sollikyu; a coimat labues, eb atnempo

e/eu propresses conveniences

remote the system of the second control of the

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

zas. Labolykovas electricas escoblytos en Participar de programas de extensão rural com vistas ainátinos confecimentos relativos à medicina veterinária:

> Realizar estudos visando ao aprimoramento das normas e rotinas e à introdução de novas técnicas e instrumentos de ação executivas das atividades de vigilância, inspeção e fiscalização sanitária e controle de zoonoses nos limites de sua competência;

Orientar e supervisionar a apreensão, inutilização e han pa relatório, de atividades mensos das colheita de amostras de produtos alimentícios e bens a eles relacionados;

Determinar, orientar e supervisionar a lavratura dos documentos utilizados pela vigilância sanitária ou o seu preenchimento nos casos que julgar necessários;

> Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; dirigir veiculos propriedade do Município, desde que possua habilitação para tanto.

Executar tarefas afins.

3 - Requisitos

Conhecimentos - Curso superior completo Medicina Veterinária, e inscrição no CRMV/SP.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrario.

(...). (sic - grifo nosso)



SUBPROCURADORIA-GERÁL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Por fim, foi editada a Lei nº 4.243, de 12 de dezembro de 2.017, do Município de São João da Boa Vista, que "Transforma a Assessoria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento em Departamento de Gestão e Planejamento Urbano do Município de São João da Boa Vista, transforma a Assessoria Jurídica em Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista, estabelece sua estrutura organizacional, a composição de suas unidades administrativas, suas competências, transforma o cargo de Chefe da Assessoria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento em cargo de Diretor do Departamento de Gestão e Planejamento Urbano, transforma o cargo de Chefe da Assessoria Jurídica em cargo de Diretor do Departamento, Jurídico, cria na Procuradoria do Município, o cargo de Procurador-Chefe e altera os Artigos 13, 21, 22, 23 e 24 da Lei 2658/09 e cá outras providências", e, no que interessa, dispôs (fls. 1.027/1.041):

Art. 1º - Fica transformada a Assessoria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento em Departamento de Gestão e Planejamento Urbano do Município de São João da Boa Vista e estabelecidas a sua estrutura organizacional, a composição de suas unidades administrativas e as suas competências, e dá outras providências.

(...)

Art. 8° - Fica transformada a Assessoria Jurídica em Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista e estabelecidas a sua estrutura organizacional, a composição de suas unidades administrativas e as suas competências, bem como



de Gestão e Planelamenta Urbana, Lintes

. Train to During the lie

Assessorla Judolica em cargo de Pitetor

Vrigos (4, 22, 23 e 24, 29, 10

clos ...e., no, que, interesta, cli par, alla

First transformada a Assessaria de

utura organizacional, a composição de suas

administrativos e as suas competências, n

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA JURÍDICA

Art. 9° - Fica renomeada a Seção IV da Lei n° 2.658, de 21 de outubro de 2009, para "DO DEPARTAMENTO JURÍDICO".

Art. 10 – Fica alterado o Artigo 23 da Lei nº 2.658, de 21 de outubro de 2.009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 23: Ao Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista compete:

I - representar o Município de São João da Boa Vista, através de seus Procuradores, judicial e extrajudicialmente, nas causas em que este for interessado na condição de autor, réu, assistente, opoente ou interveniente, em qualquer foro ou instância;

 II - exercer as funções de consultoria jurídica e assessoramento do Poder Executivo e da Administração em geral;

 III - promover exclusivamente a cobrança judicial da dívida ativa tributária e não tributária do Município, através de seus Procuradores;

 IV - sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico que visem proteger o patrimônio do Município;

V - alaborar e niadar os projetos de lais, decretos, contratos e outros atos normativos municipais de natureza jurídica;

elaborar e minutar os projetos ne leis, decrejos

ional, a composição de suas vinidades

alivas e ás vias competárcias, bêm eomo

Flea trensformado a Assessaria Jurídica em ...

1978, Center Historigotes and Television

843



and edge services on the companies.

large companishmen

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

We will promise the winds

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

VI - zelar pela legalidade dos atos da Administração Pública Direta sugerindo, quando for o caso, a anulação dos mesmos, ou, quando necessário, propondo as ações judiciais cabíveis;

VII - coordenar os atos e ações da Coordenadoria do Procon Municipal;

VIII - executar outras tarefas correlatas, a critério do Prefeito.

Art. 11 – Fica alterado o Artigo 24 da Lei nº 2.658, de 21 de outubro de 2.009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 24: O Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista tem a seguinte estrutura organizacional, subdividida nas seguintes unidades administrativas:

I - Gabinete da Diretoria;

II - Procuradoria do Município;

III - Serviço de apoio à Procuradoria;

IV - Procon."

Art. 12 - O Gabinete da Diretoria é composto em sua estrutura organizacional pelo Diretor do Departamento Jurídico e pela Assessoria de Apoio, sendo esta subordinada diretamente àquele.

Art. 13 – O cargo de Chefe da Assessoria Jurídica, criado pela Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992, fica transformado em cargo de Diretor do Departamento



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

absortante de sata sob espatilon el olego **Jurídico** do Município de São João da Boa Vista, a tot conour compus pte la cabendo-lhe as seguintes atribuições:

> l assistir ao Prefeito e aos demais Órgãos Municipais assuntos de competência Departamento Jurídico, exercendo a orientação aos despinada órgãos e entidades jurisdicionadas da Administração Direta;

> > II - avocar o exame e a solução de qualquer assunto jurídico da Administração Direta;

> > III - aprovar pronunciamentos e informações prestados sobre assuntos jurídicos submetidos a exame do Departamento Jurídico do Município;

IV - propor a nomeação ou a exoneração de ocupantes de cargos em comissão, no âmbito do Departamento Jurídico do Município;

> V - promover ações de articulação interna e externa, visando à implementação de programas, projetos e atividades inerentes ao Departamento Jurídico do Município;

promover administração do Departamento, em estrita observância das dispolições legais; exercer a liderança política e glagA so priessesA plag e colbisul consminstitucional do Departamento, promovendo contatos de relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais;

all SVP. I eb olom eb 55 eb 570 m es el VII - emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre le empiração ab referio de corres mo aboros assuntos submetidos à sua decisão;

cocacoes degalabella resolera cultura conjuntare e



1 ... 1

pupilicação.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DÉ JUSTIÇA JURÍDICA

VIII - aprovar despesas e dispêndios do Departamento;

 IX - articular-se com entidades e órgãos públicos ou privados para a consecução dos objetivos do Departamento Jurídico do Município;

X - exercer as atribuições que lhe forem
 expressamente delegadas, admitida a subdelegação
 à autoridade diretamente subordinada;

XI - proceder ao controle dos créditos orçamentários e adicionais, bem como da programação e execução orçamentária e financeira das despesas do Departamento;

XII - representar o Departamento interna e externamente, inclusive participando de reuniões;

XIII - sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico que visem proteger o patrimônio do Município;

XIV - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pelo Prefeito.

Art. 14 - O Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista será escolhido dentre advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com notório saber jurídico e reputação ilibada, nomeado em comissão pelo Prefeito Municipal.

(...) clim de crier e even

Art. 29 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. "Laorgenador Pedago".



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 30 - Ficam revogadas as disposições em contrário. (sic - grifo nosso)

Especialmente com relação à Tabela B do Anexo III da Lei nº 670/1.992, acrescentado pela Lei nº 109/1.998, do Município de São João da Boa Vista, e responsável pela criação dos cargos comissionados de "Supervisor de Ensino", "Diretor de Escola", "Vice-Diretor de Escola", "Assistente Pedagógico" e "Coordenador Pedagógico", algumas considerações merecem destaque.

A Lei nº 109, de 08 de janeiro de 1.998, de São João da Boa Vista, que "Altera a redação da tabela 'D' dos Anexos I e II, e do Anexo III, todos da Lei nº 6.70/22", previu a quanto segue (fl. 263):

Art. 1° - A tabela "D" (GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO) do Anexo I da Lei n° 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

Art. 2° - O anexo III (QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO) da Lei n° 670/92 passa a vigorar com a redação dada pelo anexo II desta lei.

Art. 3° - A tabela "D" do anexo II de Lei n° 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo III desta lei.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

(...)

ANEXO !!



erero listados condesidos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA-

ANEXO III QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO

TABELA "A	4"	
CARGOS EM COMISSÃO DO QUAD	RO GERAL D	A PREFEITURA
DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO - R\$
CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO	City of the city of	()
CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO	1.1	()
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	1 20	21001 ()
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	1	()
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	可能的 经现代基本	
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA	1	()
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO	bbes so son	()
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS	1 A CBY 533/0810	()
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DI	1 28 034 8083	()
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DI PROMOÇÃO SOCIAL	1	()
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	(L (1) A	()
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DI CULTURA E TURISMO		()
DIRETOR DO DEPARTAMENTO D	E 1	()



r H. 500 €.

VB.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

ESPORTES IN OXBUA		
DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE 2º	1	()
GRAU E ENSINO SUPLETIVO PROFESSOR		
HUGO SARMENTO ALBERT		
ASSESSOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS	zoołan	()
OFICIAL DE GABINETE	ag T	()
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO PREFEITO	1	()
MOTORISTA DO GABINETE DO PREFEITO	MAD OG SASC	()
SECRETÁRIO GERAL	A Ab anima	()
SECRETARIO DA JUNTA DE ALISTAMENTO		
SORIA JURISICA SATIJIM	SEEA AU STEHT	

~	1000	
DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO -
30 Ott 1300 A 130	A CALLED	R\$
SUPERVISOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	1	()
DIRETOR DE ESCOLA	1	()
VICE-DIRETOR DE ESCOLA	1	()
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	1	()
COORDENADOR PEDAGÓGICO	1 1	()
ASSESSOR PEDAGÓGICO	1	()
SUPERVISOR DE CRECHE	1 1 1	()

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei nº 318, de 14 de junho de 1.999, de São João da Boa Vista,

"S aiém de criar of cargo comissionado de "Supervisor de Ensino Infantil",

aumentou o número de vagas das unidades de "Vice-Diretor" e de

"Coordenador Padagógico" (fl. 500):



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 1° - Fica alterada a tabela B do anexo III da Lei 670/92, com redação dada pelo Anexo II da Lei n° 109/98 que passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo I desta lei, criando um cargo de Supervisor de Ensino InfantiI, fixando-lhe a respectiva remuneração e aumentando o número de vagas dos cargos de Vice-Diretor de Escola de 01 (um) para 04 (quatro) de Coordenador Pedagógico de 01 (um) para 02 (dois).

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 442, de 15 de março de 2.000, daquela localidade, que "Aumenta a quantidade de vagas, muda a denominação e extingue cargos constantes da Tabela B do Anexo III da Lei 670/92", estipulou, no que é relevante (fl. 455):

Art. 1° - Fica acrescido na tabela "B" do anexo III da Lei 670/92, o número de vagas do cargo de Diretor de Escola de 01 (uma) para 02 (duas), do cargo de Vice-Diretor de Escola de 04 (quatro) para 06 (seis) e do cargo de Coordenador Pedagógico de 02 (duas) para 07 (sete).

Art. 2° - Ficam extintos da tabela "B" do anexo III da Lei n° 670/92, os cargos de Supervisor de Creche e Assessor Pedagógico, com uma e duas vagas cada um respectivamente.

Art. 3° - Os cargos de Supervisor de Ensino Infantil e Supervisor de Ensino Fundamental, constantes da tabela "B" do anexo III da Lei 670/92, passam a denominar-se Supervisida a since escolo.

Supervision de Entino.



92

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

.i.). (sic - grifo nosso)

Vale repetir, referido ato normativo efetuou importantes modificações: extinguiu cargos de "Supervisor de Creche" e de "Assessor Pedagógico", bem como transformou as unidades de "Supervisor de Ensino Infantil" e "Supervisor de Ensino Fundamental" em "Supervisor de Ensino".

asiger she's salassessas Não é só. vo) No proq (mu)

Os diplomas legais transcritos a seguir também aumentaram o número de vagas para determinados cargos constantes da Tabela B do Anexo III da Lei nº 670/1.992, com a redação dada pela Lei nº 109/1.998, daquela urbe.

A Lei nº 759, de 14 de dezembro de 2.001, de São João da Boa Vista, trouxe as modificações transcritas a seguir (fl. 461):

(....

Art. 2° - Fica aumentado de 06 (seis) para 07 (sete) o número de vagas do cargo em comissão de Vice Diretor de Escola e 07 (sete) para 12 (doze) o cargo em comissão de Coordenador Pedagógico, ambos constantes da Tabela B do anexo III da Lei 670/92.

(...)

Art. 4° - Em razão do aumento de vagas de que trata o artigo 2° desta lei, a Tabela B do Anexo III da Lei 640/92, passa a vigorar com a redação dada peio Anexo II desta lei.

(...). (sic - grifo nosso)



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Com o mesmo intuito, foi editada a Lei Municipal nº 992, de 16 de dezembro de 2.002, daquela localidade, que previu, no que é importante (fls. 486/487):

(...)

Art. 2° - Fica aumentado de 02 (dois) para (quatro) o número de vagas do cargo em comissão de Supervisor de Ensino, de 07 (sete) para 08 (oito) o do cargo em comissão de Vice Diretor de Escola e de 02 (dois) para 03 (três) o do cargo em comissão de Diretor de Escola, constantes da tabela B do anexo III da Lei 670/92.

(...)

Art. 4° - Em razão do aumento de vagas de que trata o artigo 2° desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo II desta lei.

(...)

ANEXO II

TABELA "B" do anexo III da Lei 670/92

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO	OCUPACIONAL D	O MAGISTERIO
DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO
SUPERVISOR DE ENSINO	04	()
DIRETOR DE ESCOLA	03	()
VICE DIRETOR DE ESCOLA	. 08	()
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	01	-/- · · · · · · · · · · · · · · · · · ·



I desid of e tebelo b do pnexicili di

משונים כי קיסיתו כמו ע בשמבסיי ספטו

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

COORDENADOR PEDAGÓGICO	12	()
TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO DO	28	neets .
MAGISTÉRIO	185/487):	

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei nº 1.557, de 05 de abril de 2.005, de São João da Boa Vista, procedeu às seguintes alterações (fls. 548/549):

Supe (...) or de Ensino, de C7 (sere) para C8 (offa) a

Art. 2° - Fica aumentado de 08 (oito) para 09 (nove)
o número de vagas do cargo em comissão de Vice
Diretor de Escola, constantes da tabela B do anexo III
da Lei 670/92.

(...)

Art. 4° - Em razão do aumento de vagas de que trata o artigo 2° desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo II desta lei.

(...)

ANEXO II

TABELA "B" do anexo III da Lei 670/92

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

TABELA B CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO O	CUPACIONAL DO	MAGISTÉRIO
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO
, An i i OMIS	43 30 4 33644 P.O.	הט - הבה
SUPERVISOR DE ENSINO	04	()
DIRETOR DE ESCOLA	03	Law Laborit



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

VICE DIRETOR DE ESCOLA	09	()
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	01	()
COORDENADOR PEDAGÓGICO	12	()
TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO DO MAGISTÉRIO	29	

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 1.579, de 02 de junho de 2.005, de São João da Boa Vista, estabeleceu (fls. 702/703):

(...)

Art. 1° - Fica aumentado de 01 (um) para 02 (dois) o número de vagas do cargo em comissão de Assitente Pedagógico, constante da tabela B do anexo III da Lei 670/92.

Art. 2° - Em razão do aumento de vagas de que trata o artigo 1° desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

(...)

ANEXO I

TABELA B do anexo III da Lei 670/92

CARGOS FM. COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

TABELA B CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO	OCUPACIONAL DO	MAGISTÉRIO
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO
SUPERVISOR DE ENSINO	04	()
DIRETOR DE ESCOLA	73	Stops ()



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

VICE DIRETOR DE ESCOLA	30 9 09 4 6 5	314	()
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	Adis 02	ZA .	()
COORDENADOR PEDAGÓGICO	9 900 1.2 EC/80	00	()
TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO DO MAGISTÉRIO	DAAD 300 JA1	07	

(...). (sic - grifo nosso)

ficou assim redigida, no que é relevante (fls. 714/715):

(...)

Art. 1° - Fica aumentado de 09 (nove) para 18 de vice Diretor de Escola, constantes da tabela B do carez anexo III da Lei 670/92.

Art. 2° - Ficam extintas 09 (nove) vagas do cargo em ab liberativo de a seconda de comissão de Coordenador Pedagógico, constante da nacionador e mas a seconda de comissão de anexo III da Lei 670/92.

Art. 3° - Em razão das alterações de que tratam os arts. 1° e 2° desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

(...)

ANEXO I

TABELA "B" DO ANEXO III DA LEI 670/92

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

TABELA B

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO
SUPERVISOR DE ENSINO	· 04	()
DIRETOR DE ESCOLA	03	()
VICE DIRETOR DE ESCOLA	18	()
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	02	()
COORDENADOR PEDAGÓGICO	03	()
TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO DO	30	
MAGISTÉRIO	i Trans A	

(...). (sic - grifo nosso)

Já a Lei n° 2.269, de 25 de março de 2.008, de São João da Boa Vista, assim dispôs (fls. 749/751):

Art. 1° - Fica aumentado de 03 (três) para 05 (cinco) o número de vagas do cargo em comissão de **Diretor** de **Escola**, constantes da tabela B do anexo III da Lei 670/92.

Art. 2° - Em razão do aumento de vagas de que trata o artigo 1° desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

(...)

ANEXO I

TABELA "B" DO ANEXO III DA LEI 6/0/92"

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

LAB	7 1000 1000	
GOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCI	UPACIONAL DO MAGISTER	RIO
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO



AND THE RESIDENCE OF THE PARTY AND THE

de vanes do, orgo em continúa de Direto a, constantes di tobela 8 da carexa III da Lei

CADARAMINE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

SUPERVISOR DE ENSINO	04	()
DIRETOR DE ESCOLA	30 05	()
VICE DIRETOR DE ESCOLA	18	()
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	02	()
COORDENADOR PEDAGÓGICO	03	()
TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO DO	32	
MAGISTÉRIO DOI DO DO DA DE	COOREENADOS	

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei nº 2.608, de 09 de setembro de 2.009, de São João da Boa Vista, preceituou (fls. 768/769):

Art. 1° - Fica aumentado de 03 (três) para 09 (nove) o número de vagas do cargo em comissão de Coordenador Pedagógico, constantes da tabela B do Fice cumulated one 03 (três) porci 05 (cinco anexo III da Lei 670/72.

Art. 2° - Em razão do aumento de vagas de que trata o artigo 1º desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada no il oxena ob 8 oledot o Jel otzob el moltu pelo anexo I desta lei.

lei o(...) 92, passa a vigorar com a redação dada

ANEXO I

TABELA "B" DO ANEXO III DA LEI 670/92

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO TAMES AND THE OXIMA OR SEE A SE MAGISTÉRIO

TABELA B CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO				
DENUMINAÇÃO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO		
	GO I EM COMISSÃO	LAD		
SUPERVISOR DE ENSIMO	04	()		



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

DIRETOR DE ESCOLA	05	1900	()
VICE DIRETOR DE ESCOLA	18 11 V	208	()
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	02	alt)	()
COORDENADOR PEDAGÓGICO	09		()
TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO DO MAGISTÉRIO	38		

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 2.821, de 16 de junho de 2.010, do Município de São João da Boa Vista, assim determinou (fl. 1.043):

Art. 1° - Fica aumentada 01 (uma) vaga no cargo em comissão de Coordenador Pedagógico, constantes da tabela "D" do anexo I da Lei 670/92.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 2.841, de 29 de junho de 2.010, do Município de São João da Boa Vista, estabeleceu (fl. 1.044):

Art. 1° - Fica aumentada 01 (uma) vaga no cargo em comissão de Coordenador Pedagógico, constantes da Tabela "D" do Anexo I da Lei 670/92.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)



de Coordenas ar Padagógico, constantes d

revigadas as alspasições e

Commona DO

An. 2 - Esto lei entra em vigos na data de sua

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Outrossim, a Lei nº 2.964, de 13 de abril de 2.011, de São João da Boa Vista, seguindo os objetivos anteriormente mencionados, determinou (fls. 846/847):

Art. 1° - Fica aumentado 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Diretor de Escola, constantes da tabela B do anexo III da Lei 670/92.

Art. 2° - Em razão do aumento de vagas de que trata o artigo 1º desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

ANEXO I

TABELA "B" DO ANEXO III DA LEI 670/92

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

		NAL DO MAGISTÉ	
	DENOMINAÇÃO LIN Uspele de	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO
B 4	town (17) whatesome and 75 to 5		* ·
	SUPERVISOR DE ENSINO	04	()
io, constante	DIRETOR DE ESCOLA	06	~ ~ () ~
	VICE DIRETOR DE ESCOLA	.18 .	()
eb otob år	ASSISTENTE PEDAGÓGICO	02	()
	COORDENADOR PEDAGÓGICO	11	()
A Lagrange to	TOTAL DOS CARGOS SM COMISSÃO DO MAGISTÉRIO	41	

(...)". (sic - grifo nosso)



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

A Lei n° 3.056, de 04 de outubro de 2.011, do Município de São João da Boa Vista, assim estabeleceu (fl. 1.045):

Art. 1° - Fica aumentada 02 (duas) vagas no cargo em comissão de **Coordenador Pedagógico**, constantes da tabela "D" do anexo II da Lei 670/92.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 3:136, de 10 de abril de 2.012, de São João da Bóa Vista, fixou (fl. 880):

(...)

Art. 1° - Ficam aumentadas 02 (duas) vagas no cargo em comissão de **Diretor de Escola**, constantes da tabela B do anexo III da Lei 670/92.

Art. 2° - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

Ademais, constou na Lei n° 3.137, de 10 de abril de 2.012, de São João da Boa Vista, que (fl. 894):

(...)



regin aumentacias 02 (duas) megas ne ca

de Diestri de Escola, constantes de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 1° - Fica aumentado 04 (quatro) vagas no cargo em comissão de Coordenador Pedagógico, constantes da tabela "B" do anexo III da Lei 670/92.

Art. 2° - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A seu turno, à Lei n° 3.483, de 20 de dezembro de 2.013, de São João da Boa Vista, também no propósito de aumentar vagas de cargos específicos, disciplinou (fl. 789):

Art. 1° - Ficam aumentadas 02 (duas) vagas no cargo em comissão de Coordenador Pedagógico, constantes da tabela "B" do anexo III da Lei 670/92, de 22/05/1992.

Art. 2° - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 3.514, de 10 de março de 2.014, de São João da Boa Vista, que "Altera a redação do Artigo 33 da Lei n° 670/92, e cria as tabelas "E", "F" e "G" no anexo II também da Lei 670/92", prescreveu, no que é pertinente (fls. 1.051/1.063).

(...)



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 2° - Em razão da alteração de que trata o Artigo 1° desta lei, as tabelas "A", "B" e "D" do anexo III da Lei 670/92, passam a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

(...)

ANEXO I

(...)

Tabela "B" do anexo III da Lei 670/92

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO O SÍMBOLO CO	OCUPACIONA	L DO MAGISTÉRIO
DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	REMUNERAÇÃO IGUAL À CLASSE DA TABELA "E" DO
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	02	4
COORDENADOR PEDAGÓGICO	17	. 5
DIRETOR DE ESCOLA	0.8.	. 2
SUPERVISOR DE ENSINO	04	the billion of the same
VICE-DIRETOR DE ESCOLA	THE PERSON OF PERSON	000 6.113

(...). (sic)

A Lei n° 3.668, de 16 de setembro de 2.014, de São João da Boa Vista, também modificou o número de vagas de determinados cargos comissionados, *in verbis* (fls. 573/574):

Art. 1° - Ficam criadas 03 (três) vagas do cargo em comissão de Supervisor de Ensino, 03 (três) vagas do



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

o nterr sup els objectetts als observed cargo em comissão de Assistente Pedagógico e 01 "G" s 18" "A" zolados zo Jak prasb (uma) vaga do cargo em comissão de Vice-Diretor de Escola, constantes da tabela B do anexo III da Lei Jet przeb I oxeno oleg obob 670/92.

> Art. 2° - Em razão da criação de vagas de que trata o Artigo 1° desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei. Tibela "B" do anexe ledatal 670/92

A "E" DOMESTIC TO DE LE COMPTE DE LA COMPTE DE LA COMPTE DE LE CONTROL D

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

QUANTIDADE	C.C.O.S.M.
AMBC 0700	()
08	()
19	()
05	()
י עורב מוס	
	()
	A //3C 07 03 08

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei nº 3.738, de 11 de novembro de 2.014, de São João da Boa Vista, no mesmo sentido, determinou (fls. 593/594):

as again ab approv (2011-20, what a metal of A A A

64



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 1° - Fica criada 01 (uma) vaga do cargo em comissão de **Diretor de Escola**, constante da tabela B do anexo III da Lei 670/92.

Art. 2° - Em razão da criação de vagas de que trata o Artigo 1° desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

(...)

ANEXO I

TABELA "B" DO ANEXO III DA LEI 670/92

MAGISTÉRIO

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACION DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	C.C.O.S.M
UPERVISOR DE ENSINO	07	()
DIRETOR DE ESCOLA	09	()
VICE DIRETOR DE ESCOLA	19	()
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	05	()
	19	()
TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO DO	59	Wells Design
MAGISTÉRIO		

(...)". (sic - grifo nosso)

Além disso, a Lei n° 3.746, de 25 de novembro de 2.014, do Município de São João da Boa Vista, dispôs (fls. 614/615):

(...)

Art. 1° - Ficam criadas 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Diretor de Escola, 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Vice-Diretor de Escola e 01

i early organization of the



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

(...)

ANEXO I

TABELA "B" DO ANEXO III DA LEI 670/92

CANGOS EN COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

	CUPACIONAL DO	MACID: EKIO
DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	C.C.O.S.M.
SUPERVISOR DE ENSINO	07	1
DIRETOR DE ESCOLA	10	2
VICE-DIRETOR DE ESCOLA	20	3
ASSISTENTE PEDAGÓGICO	6040 05	4
COORDENADOR PEDAGÓGICO	089 80 20 (4) 690	5
TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO	62	TT .
DO MAGISTÉRIO	. Distreto	

(...). (sic - grifo nosso)

Ademais, a Lei nº 4.079, de 17 de fevereiro de 2.017, de São João da Boa Vista, estabeleceu (fls. 637/638):

Art. 1° - Fica criada 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Vice-Diretor de Escola, constante da tabela 8 do anexo III da Lei 570/92.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA .

Art. 2° - Em razão da criação de vaga de que trata o Art. 1° desta lei, a tabela B do anexo III da Lei 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

(...)

ANEXO I

TABELA "B" DO ANEXO III DA LEI 670/92

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

gaçalına dalı	CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OC	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO IGUAL À CLASSE DA TABELA "F" DO
		and the second	ANEXO II
	SUPERVISOR DE ENSINO	07	1
	DIRETOR DE ESCOLA	10	2
	VICE DIRETOR DE ESCOLA	21	3
	ASSISTENTE PEDAGÓGICO	05	4
	COORDENADOR PEDAGÓGICO	20	5
		63	127
	TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO DO MAGISTÉRIO	counties	ilos

(...). (sic - grifo nosso)

No mesmo sentido, a Lei nº 4.105, de 11 de abril de 2.017, de São João da Boa Vista (fls. 663/665):

Art. 1° - Fica criada 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Vice-Diretor de Escola, constante da tabela B do anexo III da Lei 670/92.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 2° - Em razão da criação de vaga de que trata les abili exemp ob 8 pladat a Jel atesta o Art. 1º desta lei, a tabela B do anexo III da Lei obob engados o mos toropis o pero 670/92, passa a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

(...)

ANEXO I

TABELA "B" DO ANEXO III DA LEI 670/92

OLISTA COL JAMO CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO O	CUPACIONAL DO	MAGISTÉRIO
31M3919 C.C.,O.S.M M3.0.5		
SUPERVISOR DE ENSINO	07	1
DIRETOR DE ESCOLA	ODES 10 9C 75	2
VICE DIRETOR DE ESCOLA		3
ASSISTENTE DED A CÓDICA		3
	A034 05 43 312	4
COORDENADOR PEDAGÓGICO	1 20 20 30 10	5
TOTAL DOS CARGOS EM COMISSÃO	TAL DAG CAR)T
DO MAGISTÉRIO	O N AGISTÉRIO	

Por fim, a Lei nº 4.174, de 29 de agosto de 2.017, daquela localidade, aumentou o número de vagas do cargo de Coordenador Pedagógico (fls. 687/688). Senão vejamos: comp(...) de Vice-Di stor de Esceto, constante do

Form constitution for the state of the state of the Art. 1° - Ficum criadas 02 (duas) vagas do cargo em comissão de Coordenador Pedagógico, constante da



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

tabela "B" do anexo III da Lei nº 670, de 22 de maio de 1992.

(...). (sic - grifo nosso)

Por fim, no que toca à Tabela D do Anexo III da Lei n° 670/1.992, de São João da Boa Vista, imprescindível mencionar as alterações a seguir transcritas.

A Lei nº 711, de 26 de setembro de 2.001, do Município de São João da Boa Vista, que "Acrescenta alínea 'c' no inciso II do art. 2º da Lei 670/92, e cria tabela 'D' no anexo III também da Lei 670/92" (fls. 1.160/1.164), estabeleceu:

> Art. 1° - Acrescenta a alínea "c" no inciso li do artigo 2° da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, com a seguinte redação:

"c) CARGO PÚBLICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO OCUPADO EXCLUSIVAMENTE POR SERVIDORES: o cargo público criado por lei e de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, nos termos do inciso II do artigo 11 da Lei n° 656, de 28 de abril de 1992, dentre os servidores integrantes do quadro permanente da preencham Direta e Administração requisitos e qualificações para provimento do referido cargo."

Art. 2° - Fica criada no anexo III da Lei nº 670 de 22 de maio de 1992, a Tabela D com a redação constante do anexo I desta Lei.

Art. 3° - Fica incluido na Lei nº 520 de 07/07/2000, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ze ce muco de 1772, a l'abello L'appe e redisent

THE MODERN COMPANY OF THE WAY TO

69



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

para o exercício de 2001, o projeto de que trata esta Lei.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

"ANEXO III DA LEI 670/92"

TABELA "D"

ob chromovorg

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS EXCLUSIVAMENTE POR SERVIDORES

DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUNERAÇÃO (R\$)	REQUISITOS NECESSÁRIOS
CHEFE DO SETOR DE CADASTRO	1	R\$ 1.200,00	- Ter formação superior em um do
SERVEDORES: o cargo público cri Evre noméação e exonutação			seguintes cursos Engenharia, Administração,
CHEFE DO SETOR DE	,		Ciências Contábeis.
CONTABILIDADE		R\$ 1.300,00	- Ter formação superior em Ciências
serviceres integrants, do questo			Contábeis e
eup e stanG oppositionalité	16.746	of the second	inscrição no Conselho Regional de Contabilidade.

ek Grange of share of share of the control of the c

A Lei n° 887, de 28 de junho de 2.002, de São João da Boa Vista, preceituou, em especial (fls. 1.165/1.167):



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 1° - Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo constante do anexo I dessa Lei.

Art. 2° - Em razão do cargo criado pelo artigo anterior, fica o mesmo acrescentado na tabela "D" do anexo III da lei 670/92, com a redação do anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2002.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

Cargos criados na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92

DENOMINAÇÃO	QTIDADE.
CHEFE DO SETOR TÉCNICO	1

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS E DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUN. (R\$)	REQUISITOS NECESSÁRIOS
CHEFE DO SETOR TÉCNICO	LOXIVA	R\$ 1.347,96	- Ter formação superior em uma da
THE THE STATE STATE AND A STATE OF THE STATE	Lauro o	MADE BALCOINISS	seguintes áreas Engenharia,
	0.00	UNIVORTO	Arquitetura, Administração,
STURES ON O	1000	is notes on at	Administração, Ciências Contó



o, com efeitos o portir da 01 /67 /2002 -

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Edisigle A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 888, de 28 de junho de 2.002, daquela localidade, a seu turno, assim disciplinou (fls. 1.079/1.081):

"Art. 1° - Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo constante do anexo I dessa lei.

Art. 2° - Em razão do cargo criado pelo artigo anterior, fica o mesmo acrescentado na tabela "D" do anexo III da lei 670/92, com a redação do anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2002.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

Cargos criados na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92

DENOMINAÇÃO	QTD.
CHEFF DO SETOR DE LICITA CÔDE E DO	415.
CHEFE DO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	01

ANEXO II

	TABELA "D"			
,Dispring	CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS E	XCLUSIVA	MENTE POR SERV	/IDORES
i kiri	DENOMINAÇÃO PACESSARIOS	QTD.	REMUN.	REQUISITOS
	CHEFE DO SETOR DE LICITAÇÕES E	1	(R\$) R\$ 1.347,96	MECESSÁRIOS
	, , , ,		къ 1.347,96	- Ser servido



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

CONTRATOS	grados el ma	municipal e/ou municipalizado e
388MEN 6350	0.47	contar com no mínimo 3 anos de
ercentar a m	DAÇINTON SIL	prestados no serviço
no.		público municipal.

(...)". (sic - grifo nosso)

De seu modo, a Lei nº 1.696, de 23 de novembro de 2.005, de São João da Boa Vista, fixou as seguintes alterações (fls. 1.082/1.803):

Art. 1° - Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, o cargo em comissão de Chefe do Setor de Nutrição.

Art. 2° - Em razão do cargo criado pelo artigo anterior, fica o mesmo acrescentado na tabela "D" do anexo III da lei 670/92, com a redação do anexo I desta lei.

Art. 3° - Fica extinta 01 (uma) vaga do cargo de Agente Administrativo, constante da tabela "C" do anexo I da Lei 670, de 22 de maio de 1.992.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

(cargo a ser acrescentado na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92)



Z. - GRANDONYON STATE OF THE CO.

2. P. do cnexo III da Lei 670/92)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

TABELA "D" CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS	AMENTE POR SER	VIDORES	
DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUN. (R\$)	REQUISITOS NECESSÁRIOS
CHEFE DO SETOR DE NUTRIÇÃO	1	R\$ 1.550,15	- Ser servido municipal e conta com no mínimo 3
(ozzon otng sign) [](.			(três) anos de serviços ininterruptos,
1,676, de 23 de novembro de 2.005, de 36	iel no	De seu mad	prestados no serviço público municipal.

(...)". (sic - grifo nosso)

A Lei n° 2.137, de 28 de agosto de 2.007, de São João da Boa Vista, fez as modificações a seguir transcritas (fls. 1.168/1173):

Art. 1° - Fica extinto da tabela "B" do anexo I da Lei ob offerber a mos 10 073 lel eb 670/92, 01 vaga cargo de Administrativo.

ed opso ob agov (pmu) 10 ptative boll Art. 2° - Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei 670 de 22 d maio de 1.992, o cargo constante do .599. I ab alam ab 22 de 270, de 1 ab anexo I desta Lei.

> Art. 3° - Em razão do cargo criado pelo artigo anterior, ficam os mesmos acrescentados na tabela "D" do anexo III da lei 670/92, com a redação do anexo II desta lei.

4° - sera rei entra en vicar na narro de sua Art. 1° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do 1º dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

artest of 2,145, de(...) to selection do 2007, do referedo

ANEXO I

Cargos criados na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92

DENOMINAÇÃO	QTIDADE.
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE	01
DO DEPTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	

ANEXO II

"ANEXO III DA LEI 670/92"

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS E DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUN. (R\$)	NECESSÁRIOS
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DO DEPTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	1	1.643,16	- Ser servidor municipal, lotado no Depto. de Promoção Social, contar com
son phorphic to an important of the			no mínimo 03 anos ininterrupto de serviços prestados ao serviço público
d led ob ill oxeno ob "G" stedo		Cogescol	municipal. - Ter habilidade
ERROPADITION SERVICES	80132	on correspond	planejamento controle do atividades
N IRMFERA PÜRIKA 2 OR COLSTA E VIRRY KO		od ogagera og ogagera	desenvolvidas pe

(...). (sic - grifo nosso)



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Já a Lei n° 2.145, de 11 de setembro de 2.007, do referido Município, disciplinou, no que interessa (fls. 1.084/1.093):

Art. 1° - Ficam criados na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, os cargos constantes do anexo I desta lei.

Art. 2° - Em razão dos cargos criados pelo artigo anterior, ficam os mesmos acrescentados na tabela "D" do anexo III da lei 670/92, com a redação do anexo II desta lei.

Art. 3° - Fica extinta 01 (uma) vaga no cargo de Professor III, constante da tabela "D" do anexo I da lei 670/92.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do 1° dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

Cargos criados na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92

DENOMINAÇÃO	QTIDADE.
ENCARREGADO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DE VIAS	1 1 1
ENCARREGADO DO SETOR DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	1
ENCARREGADO DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA	
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE COLETA E VARRIÇÃO	1
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE MARCENARIA	1
JERVIÇO DE MARCENARIA	1



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

oven (200) I nos	TABELA "D" CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS E	XCLUSIVA!	MENTE POR SERVI	DORES REQUISITOS
ALIGNES .	DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUN. (R\$)	NECESSÁRIOS
of your art token by the temperature of temperature	ENCARREGADO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DE VIAS	1	R\$ 1.057,35	- Ser servidor municipal com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos
ialetern offi se gree Design seine Sevell I se sections	24 X 20 a 33	The second of the least of the	ARRESTA DE LA COMPANSION DE LA COMPANSIO	prestados no serviço público municipal, com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
	ENCARREGADO DO SETOR DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	1	R\$ 1.057,35	. convicus
of ph cool	orale masse) orale masses are 2,00%, de 3 po			prestados no serviço público municipal com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
b catalogoro	ENCARREGADO DO SETOR DI LIMPEZA PÚBLICA		R\$ 1.057,35	- Ser servido municipal com n mínimo 3 (três) and de serviço
is emetalish		svils.		ininterruptos prestados no serviç público municipo com conhecimentos
ensime aga	200, de 23 de mais de 1,992, o m zosan i demo baccama			familiaridade intensiva na área.



*** *** *** *** *** ***

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

	COLETA E VARRIÇÃO	SERVIÇO D	E) OXIMA	R\$ 1.057,35	- Ser servidor
291			ganuso el	LA "I'M COMES	municipal com no mínimo 3 (três) anos
REGISSITOS VECESSÁRIOS				NAIN ON3G	de serviços ininterruptos
estates and loople	- 86,360,148 ma	1 30	ROTE: 1	ARREGADO DE VI	público municipal
PATRICIA NA	16			Ving to the	com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
	MARCENARIA	ERVIÇO DE	1	R\$ 1.057,35	- Ser servidor municipal com no mínimo 3 (três) anos
SON STATE		11 - 1	na	o respect	de serviços ininterruptos
200 (81 200.) 1. (1931. 12.00 (61.) 100 (2011) E comple	36.7.0.1.88	1	ACTED OF	g chasissa Spaceda and	prestados no serviço público municipal, com conhecimentos e
perios si setquitet					familiaridade intensiva na área.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 2.146, de 11 de setembro de 2.007, de São João da Boa Vista, no que é pertinente, estabeleceu (fls. 1.094/1.099):

> Art. 1° - Fica extinto da Classe de Especialistas da Escola Professor Hugo Sarmento, da tabela "D" do anexo I da Lei 670/92, o cargo de Assistente de Diretor.

> Ari. 2° - Fica criado na tabela "D" do anexo ill da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, o cargo constante do anexo I desta lei.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 3° - Em razão do cargo criado pelo artigo anterior, fica o mesmo acrescentado na tabela "D" do anexo III da lei 670/92, com a redação do anexo II desta lei.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do 1° dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

Cargos criados na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92

DENOMINAÇÃO	QTIDADE.
SSISTENTE DE DIRETOR DA ESCOLA PROFESSOR HUGO SARMENTO	. 1

ANEXO II

"ANEXO III DA LEI 670/92"

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS E DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUN. (R\$)	REQUISITOS NECESSÁRIOS
ASSISTENTE DE DIRETOR DA ESCOLHA PROFESSOR HUGO SARMENTO (sic)		- Committee and the committee of the com	- Ser servido municipal estável e contar com ne mínimo 3 ano
SECULATED LA SET ESCRIB LA CARRESTA LA CARRESTA DE LA CARRESTA DEL CARRESTA DEL CARRESTA DE LA CARRESTA DEL CARRESTA DEL CARRESTA DE LA CARRESTA DEL CARRESTA DE LA CARRESTA DEL CARRESTA DE LA CARRESTA		elis o omorese	ininterrupto d serviços prestado ao serviço públio municipal. (sic)

(...)". (sic - grifo nosso)



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Por seu turno, a Lei nº 2.657, de 21 de outubro de 2.009, de São de "G" sledot or João da Boa Vista, que "Altera nomenclatura de cargos constantes da Tabela 'D' da Lei 670/92", preceituou (fls. 1.100/1.101):

Art. 1° - Fica alterada a nomenclatura de cargos constantes da Tabela "D" do Anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, conforme anexo da presente lei.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 01 de setembro de 2.009.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

OTHER OF THE PROPERTY AND ANEXO

DENOMINAÇÃO ATUAL	NOVA DENOMINAÇÃO
CHEFE DO SETOR TÉCNICO	CHEFE DO SETOR DE DESENVOLVIMENTO
	DE PROJETOS
ENCARREGADO DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA	ENCARREGADO DO SETOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE COLETA DE LIXO	ENCARREGADO DO SERVIÇO DE COLETA DE LIXO E VARRIÇÃO

(...)" (sic - grifo nosso).

Ademais, a Lei nº 2.663, de 27 de cutubro de 2.009, de São João da Boa Vista, modificiou a estrutura normativa local e, em especial, no que é importante à presente ação, dispôs (fls. 1.102/1.107):

(...)

Art. 4° - Ficam alterados os requisitos para provincento do cargo em comissão de Chefe do Setor de Cadastro, que passam a ser os seguintes:



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

"Ter formação superior em um dos seguintes Cursos: Engenharia, Administração, Ciências Contábeis, ou contar com no mínimo 10 (dez) anos de efetivo exercício ininterrupto no serviço público municipal e conhecimento na área".

Art. 5° - Ficam criados na Tabela "D" do Anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, os cargos constantes do Anexo III desta lei.

Art. 6° - Em razão dos cargos criados pelo artigo anterior, ficam os mesmos acrescentados na Tabela "D" do Anexo III da lei 670/92, com a redação do Anexo IV desta lei.

Art. 7° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2.009.

Art. 8° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO III

Cargos criados na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92

DENOMINAÇÃO	QTIDADE.
CHEFE DO SETOR DE PROTOCOLO E ARQUIVO	1
CHEFE DO SETOR DE TESOURARIA	1
ENCARREGADO DA SECÇÃO DE ARQUIVO	70

ANEXO IV

"ANEXO III DA LEI 670/92"

TABELA "D"

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS EXCLUSIVAMENTE POR SERVIDORES



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

	DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUN. (R\$)	REQUISITOS NECESSÁRIOS
	CHEFE DO SETOR DE PROTOCOLO E ARQUIVO		R\$ 1.811,59	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 10 (dez) anos de serviços initerruptos,
	ni nº 670, de 22 de maio de la constante do Anexo III desta lei. Let. 6° - Em razão dos cargos cris			prestados ao serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
na data de su 11/12/2302	AIRARUOZAT AD ROTAS DO AIRA DO AIRA DO AIRA DI da lei 6/10/92, col alei. Ant. 7º Esta lei entra em vietet publicação, com efeltos a partir de Com Efeltos a Revogan-se as disposições ()		R\$ 1.811,59	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 10 (dez) anos de serviços initerruptos, prestados ao serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
20/92 choade.		200	R\$ 1.176,83	- Ser servidor municipal e contar
	IOMINIAÇÃO			com no mínimo 10
	O E AF CUIVO	PROTOS		(dez) anos de
· · · · · ·	The state of the s		30 SOTS2 OR 35 AG GGAG (ASA)	serviços initerruptos, prestados ao serviço público municipal. Com conhecimentos
	()". (sic -	and a		e familiaridade intensiva da área.

(...)". (sic - grifo nosso)

Vista, dispôs, no que é importante à presente ação (fls. 1.108/1.114):



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 1° - Ficam criados na Tabela "D" do Anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, os cargos constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2° - Em razão dos cargos criados pelo artigo anterior, ficam os mesmos acrescentados na Tabela "D" do anexo III da lei 670/92, com a redação do Anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/10/2009.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

Cargos criados na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92

DENOMINAÇÃO	QTD
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DO CSU "LUIZ DE FREITAS"	1
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DO CSU "MIGUEL JORGE NICOLAU"	1
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE GALERIAS	1
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE GUIAS E SARJETAS	1
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VIAS	1
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA	
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO	1
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE OFICINA MECÂNICA	1



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

ENCARREGADO DO SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE SERRALHERIA	1
ENCARREGADO DO SETOR DE EXPEDIENTE DO DEPTO DE EDUCAÇÃO	1
ENCARREGADO DO SETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	1

II OXANA Esta lel entra em vigor na date de sua

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS EX		MENTE POR SERV	/IDORES
DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUN.	REQUISITOS NECESSÁRIOS
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DO CSU "LUIZ DE	ba zoba	1.176,88	- Ser servidor
FREITAS" OÃO AMIA			municipal e contar
VIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DO	O SEK		(três) anos de
00.010	"2,47		
V CO DE ADMINISTRAÇÃO DO			prestados no serviço público municipal.
			Com conhecimentos e
NGO DE GALERIAS	V MORE CAN	I OGAĐIRIA	familiaridade
FNCAPPEGADO DO CERLUSA	naz oo	1.176,88	intensiva na área Ser servidor
JORGE NICOLAU"		2 A S	municipal e contar
SIRVIÇO DE MANUTENÇÃO	00	OGA DERE ADO	com no mínimo 3 (três) anos de
SIRV CO DE MAINUTENÇÃO		TRICA	serviços ininterruptos,
SIRV ÇO DE MAHUTENÇAN	00	CARRECIADO	prestados no serviço público municipal
VICO DE OFICINA MECÂNICA	DIO SER	DRÁULKA CARREGADO	público municipal. Com conhecimentos e familiaridade



			intensiva na área.
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE GALERIAS	1		- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal.
ereco	ALMO		Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE GUIAS E SARJETAS	1	1.176,88	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VIAS RURAIS	1	1.176,88	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos prestados no serviços
3.0 Sept. 10	808	i do General Mark Dayathi	público municipal Com conhecimentos o familiaridade intensiva na área.
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA	1	1.176,88	- Ser servido municipal e conta com no mínimo (três) anos d



SIGISUL A DITRU SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

telelye ne (sred				January III
See servidor		ERVIÇO DI	2 OG OGADERS	serviços ininterrupto
minos e logistas				
E omiries on mo			PA P	. morneipe
ab como (Ant				Com conhecimentos
serficion atribation regimes				familiaridade
options on robot EN	ICARREGADO DO SERVIÇO D	DE 1	1.17(.00	intensiva na área.
Marco municipal.	ANUTENÇÃO HIDRÁULICA		1.176,88	- Ser servido
Con contectment of e				municipal e conta
fontiloridade				com no mínimo 3
indeposit on ovieres				(três) anos de
solvina salvidos				serviços ininterruptos
notinos a logistami		ODIVES	OC SCALERO	
E ominim un moo			BAUMALSE	público municipal.
65 zono (611)				Com conhecimentos e
ser kog ininteri uprez				familiaridade
	CARREGADO DO SERVIÇO DE			intensiva na área.
OFI	CINA MECÂNICA	1	1.176,88	- Ser servidor
	CINA MECANICA	1		municipal e contar
and the second second second second				The Communication
Con conscinantes o				com no mínimo 3
feedlig storig				
fordio ideda intensivo no ónto.				com no mínimo 3 (três) anos de
foodilo doda .omô on ovieretni obivez sež	88,5:1:1 1 80	SERVIÇO	OS ODAĐERA	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos,
fordir of body. One intensive na one. Ser servide murletrol e conto	88,8:1.1 1 30			com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço
for list state intensive ne onto Ser servide mulicipal e conto	88,5:11 7 30		ARREGADO DO UNIONI DE VI	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal.
ford to stock on once intersive ne deno. Ser servide mandered e conto e conto com ne moneo de conto (164)	88,8111 1 30		BUTE NÇÃO DE VI	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e
ford flor stocks intensive ne dend. Sex servide municipal e conto com no minimo (1:64) cines d			SUBLINÇÃO DE VI	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade
chofa oil not stal otto and control of contr	ARREGADO DO SERVIÇO DE		IV 30 OAZMENDS	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
obsta oil col otro on ovie etri otro e lordo con omnim on reo otro (8n) otro or otro etri		IS RURAIS	1.176,88	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área Ser servidor
for ligations intensivo no onto Ser servido com no minero (1:6) cinos d serviços ininterrupto VANA trados no servi VANA trados no servi Cos conhecimentos	ARREGADO DO SERVIÇO DE	IS RURAIS	1.176,88	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área Ser servidor municipal e contar
for fire stocks intersive ne onto Ser service com no minere (166) cines d services ininterrupte Services ininterrupte Cor contractinentes Con contractinentes Con contractinentes	ARREGADO DO SERVIÇO DE	IS RURAIS	1.176,88	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3
for its state and on original state and on original state com an minume com service com and the manufacture of the original state Com compectmentos Com compectmentos Com compectmentos tentiliaridade tentiliaridade	ARREGADO DO SERVIÇO DE	IS RURAIS	1.176,88	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 três) anos de
for fire stocks intersive ne onto Ser service com no minere (166) cines d services ininterrupte Services ininterrupte Cor contractinentes Con contractinentes Con contractinentes	ARREGADO DO SERVIÇO DE MENTAÇÃO ASFÁLTICA	S RURAIS	1.176,88	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 drês) anos de serviços ininterruptos,
charte oil and como an ovier etra como e lordo am como e como como (en) como como ENCA como como envica como como como como como envica como como como como como como como como	ARREGADO DO SERVIÇO DE MENTAÇÃO ASFÁLTICA	TI I	1.176,88	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área. Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço
for file stade intersive ne onto Ser servide com ne minere (1:6) cnes d serviçes ininterrupte Con contractinentes	ARREGADO DO SERVIÇO DE MENTAÇÃO ASFÁLTICA	TI I	1.176,88 1.00AQMATAMATAMATAMATAMATAMATAMATAMATAMATAMA	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 drês) anos de serviços ininterruptos,



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

94	806 T. J. J.	THE A LI	intensiva na área.
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE SERRALHERIA	1	1.176,88	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
the estimatorical position tradestable, primary	4	1.176,88	- Ser servidor
ENCARREGADO DO SETOR DE EXPEDIENTE DO DEPTO DE EDUCAÇÃO		1.170,00	municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
ENCARREGADO DO SETOR DI TRANSPORTE ESCOLAR		1.176,88	- Ser servido municipal e conta com no mínimo ((três) anos d
A STATE OF S	2018/100	1 41 41 CO 1415 CO	serviços ininterruptos prestados no serviç
STREET, SEE ACT STREET, AVEILANT COMES.	10.0		público municipo Com conhecimentos
	09780aB 2		familiaridade

(...)". (sic - grifo nosso)



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

A Lei n° 3.017, de 09 de agosto de 2.011, de São João da Boa Vista, doutra banda, assim regulamentou (fls. 1.115/1.119):

> Art. 1° - Fica criado na tabela "D" do Anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo em comissão de Chefe do Setor de Controle de Materiais e Patrimônio, com a redação constante do anexo I desta lei.

Art. 2° - Fica Extinta 01 (uma) vaga do cargo de Agente Administrativo, constante da tabela "C" do anexo I da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

(cargo a ser acrescentado na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92)

DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUN. (R\$)	REQUISITOS NECESSÁRIOS
CHEFE DO SETOR DE CONTROLE DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO	01	2.239,04	- Ser servido municipal e conta
(osson offin) - 1	1) ."()		com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

intensiva na área.

(...)". (sic - grifo nosso)

Outrossim, a Lei n° 3.024, de 23 de agosto de 2.011, de São João da Boa Vista, preceituou (fls. 1.120/1.128):

Art. 1° - Ficam criados na Tabela "D" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, os cargos em comissão constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2° - Em razão dos cargos criados pelo artigo anterior, ficam os mesmos acrescentados na Tabela "D" do Anexo III da Lei 670/92, com a redação do Anexo II desta lei.

Art. 3° - Fica extinta 01 (uma) vaga do cargo de Agente Administrativo, constante da Tabela "C" do anexo I da Lei n° 670/92, de 22/05/1992.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2.011.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

Cargos criados na Tabela "D" do Anexo II da Lei nº 670/92

DENOMINAÇÃO	QTD
CHEFE DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	01
CHEFE DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE MA	01
CHEFE DO SERVIÇO DE FOLHA DE PAGAMENTO	

ANEXO II



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

ANEXO III DA LEI 670/92

DENOMINAÇÃO CHEFE DO SETOR	QTD	DEMINIEDACÃO	
CHEFE DO SETOR DE	01		NECESSÁRIOS
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS 13 200103 205 205 205 205 205 205 205 205 205 205		2.239,04	- Ser servido municipal e conta com no mínimo (três) anos de serviços ininterruptos prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade
CHEFF DO SERVICO DE TOUR			intensiva na área.
AGAMENTO	01	1.372,18	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de
publiceção, com efeitos a partir d			serviços ininterruptos,
di 2.011. A f. 5º - Reyogam-se ai disposiçõe			prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade

Colgos of (osic - grifo nosso) of acques

A Lei nº 3.052, de 03 de outubro de 2.011, do Município de São João da Boa Vista, por sua vez, trouxe as seguintes disposições (fl. 1.129):

Art. 1° - Fica alterada na Tabela "D" do Anexo III da Lei 670, de 22 de maio de 1.992, a nomenclatura do cargo em comissão de "Chefe do Serviço de Folha de



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Pagamento" para "Encarregado da Secção de Folha de Pagamento".

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 3.293, de 07 de maio de 2.013, de São João da Boa Vista, dispôs, especialmente, que (fls. 1.130/1.133):

Art. 1° - Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992.

CARGO EM COMISSÃO OCUPADO EX DENOMINAÇÃO	QTD.	REMUN. (R\$)	REQUISITOS NECESSÁRIOS
NAME)			- Ser servidor
ENCARREGADO DE ADMINISTRAÇÃO DO CIC "TANCREDO DE ALMEIDA NEVES"	1	1.536,85	- Ser servidor municipal com no mínimo 3 (três) anos ininterruptos de
vogis use prints isi puti. T	nA		serviço prestado no serviço público
nico _c be.	log .		municipal, com
2º Seragom es us distratições.	n,å		familiaridade intensiva da área.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

prife i ab about ab about mana?" and "o (...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 3.364, de 20 de agosto de 2.013, de São João da Boa Vista, alterou a estrutura administrativa local da seguinte forma (fls. 1.134/1.136):

Art. 1° - Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992.

	CARGO EM COMISSÃO OCUPADO E DENOMINAÇÃO		F ,eF	QTD.	REMUN. (R\$)	REQUISITOS NECESSÁRIOS
ENCA	RREGADO DO	SERVICO	DE	1A	1.50/.0-	
TRÂN	ISITO	16 22 de	0.50	n	1.536,85	- Ser servidor municipal com no
The state of the s			X3 O	DARION C		mínimo 3 (três) anos
REC					DENOMINA	serviço prestado no serviço público
auro lities	7.536,85	f	20 CC	OU IVBN ACIB		familiaridade

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

Já a Lei n° 3.367, de 20 de agosto de 2.013, de São João da Boa Vista, fixou as modificações a seguir reproduzidas na estrutura administrativa municipal (fls. 1.137/1.140):



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Art. 1° - Ficam criados na Tabela "D" do anexo III da Lei nº 670 de 22 de maio de 1.992, os cargos em comissão constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2° - Em razão dos cargos criados pelo artigo anterior, ficam os mesmos acrescentados na Tabela "D" do Anexo III da Lei 670/92, com a redação do Anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

Cargos criados na Tabela "D" do Anexo II da Lei nº 670/92

DENOMINAÇÃO	QTD
	01
CHEFE DA DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL	01
CHEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS)	01
CHEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) JARDIM RECANTO DO JAGUARI	01
CHEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	01
CENTRAL CHEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	01
ENCARREGADO DA SEÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	01
CADUNICO	01
ASSESSOR FINANCEIRO ENCARREGADO DO CONTROLE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	01



DEBUTE DE SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

ab ill exame ob "G" place" on sobel ANEXO III DA LEI 670/92

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADO DENOMINAÇÃO	OTD		
		,	NECESSÁRIOS
CHEFE DA DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL	01	12.4.1	- Ser servido
ixa II desto lei.			municipal e conta
	n A		(três) anos de
	die		serviços ininterruptos
	A		prestados no serviço público municipal.
	(b)		Com conhecimentos e
I ()X3)			familiaridade intensiva na área.
CHEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA		12.4.1	
ASSISTENCIAL SOCIAL (CRAS)	on seb	Corgos crip	- Ser servidor
JARDIM NOVA REPÚBLICA		The selection	municipal e contar com no mínimo 3
JAD 02 0	COSTORA	O DARIVIDAD	(três) anos de
CIA DE ASSISTÉMICIA SOCIAL (CRAS)	EFFER EN	0 OFFICE 0 3 B	serviços ininterruptos,
CIA DE ASSISTÊNCIA SO CIAL (CRAS)		IM HOVA REPÜL	prestados no serviço
CIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)		HIN RECAINTO DO	f
HEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA			intensiva na área.
E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	01	12.4.1 931/30 00 B	- Ser servidor
ARDIM RECANTO DO JAGUARI	(SABRO)		municipal e contar
DE STSTEMEN IN STREET	SEÇÃO		(três) and
	é	ES OR FINANCE	serviços ininterruptos,
DE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS			prestados no serviço público municipal.
			Com conhecimentos e
			familiaridade



CHEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	01	12.4.1	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3
CENTRAL			(três) anos de serviços ininterruptos,
20 50 kg	to attach	OD ODNOSASA ROS ORGANISAS ROSESSISSIMOS	prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
CHEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	01	12.4.1	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço
garia noma) 20 de agasso de 2.01 L da Na		A Let nº 3.00	público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
ENCARREGADO DA SEÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADUNICO		12.4.1	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.
ASSESSOR FINANCEIRO		12.4.1	- Ser servido municipal e conta com no mínimo
a st gu te execu de "G" andor CA-LIL efference			(três) anos d serviços ininterrupto



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

			DE 30311ÇA 301	RIDICA
tivas ned funci tivas n logisinum sominim en mas rono (rânt)		REFERENCES	E DO SENTE O DE ASSESTÊNCIA - SC RAL	1
ENCARREGADO DO C EXECUÇÃO DOS SOCIOASSISTENCIAS	ONTROLE DE SERVIÇOS	01	12.1.1	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de
to the contract of the contrac		A. Carrier	PE DE CENTRO DE ECIADIZADO DE TAL (LESAS)	serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva na área.

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei n° 3.369, de 20 de agosto de 2.013, do Município de São João da Boa Vista, assim determinou (fls. 1.141/1.142):

Art. 1° - Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992, o cargo em comissão constante do Anexo I desta lei.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

(cargo a ser acrescentado na tabela "D" do anexo III da Lei 670/92)



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

DENOMINAÇÃO	QTD.	G.C.R.	REQUISITOS NECESSÁRIOS
	1	12.4.1	- Ser servidor
CHEFE DO SETOR DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR			municipal e conta com no mínimo ((três) anos de
31 G00	I ME DX3		serviços ininterruptos,

(...). (sic - grifo nosso)

Não é só.

A Lei n° 3.447, de 03 de dezembro de 2.013, do Município de São João da Boa Vista, no que é pertinente, fixou (fl. 1.145):

Art. 1° - Ficam criados na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, os cargos em comissão constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2° - Em razão dos cargos criados pelo artigo anterior, ficam os mesmos acrescentados na Tabela "D" do Anexo III da Lei 670/92, com a redação do Anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

ANEXO I

Cargos criados na Tabela "D" do Anexo II da Lei nº 670/92



OLGINUE A OLITA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

DENOMINAÇÃO ASSESOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS E OBRAS	QTD
CHEFE DO SETOR DE MANUTENÇÃO DE VIAS	01
CHEFE DO SETOR DE OBRAS E EDIFICAÇÃO	01
CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	01
croinum	01

ANEXO II

ANEXO III DA LEI Nº 670/92

	CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS EX		- OK SEKY	IDOKE3
	ASSESSOR DE GESTÃO	QTD.	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS NECESSÁRIOS
strulgining	ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS E	01 05 Th	R\$ 2.579,36	- Ser servidor
	e é pe finente, fixou (h. 1.143).	up oty	ptalV pod ce ci	com no mínimo 3
" de cerexo V2 es cerex	Let nº 170, de 22 de nata de 1.9			(três) anos de serviços
	Let nº 370, de 23 de Anexo I dest			ininterruptos, prestados no serviço
r oleg adbei	Ad. 2 - Em razão dos cargos er			público municipal. Com conhecimentos
ricidos no F	america, ficam as mesmos ocresca "p" do Anexo III da Lei 670/92, a			e familiaridade
	CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO DE VIAS	01	R\$ 2.708,35	intensiva da área. - Ser servidor
	At 1" - Eag lei entra em vigor		the state of the s	municipal e contar
	publik ação.			(três) anos de
TOTAL COURT OF	AH. 5° Revogom-se os disposiçõe			ininterruptos,
	()			orestados no serviço
	AMEROI			público municipal. Com conhecimentos
48	eld "D" do Anexo II do Lei nº 670)	dol bo	20100 11 20100	familiaridade



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

5.3 Tube 2000 1845 1 - 417 0		在少年的學 位	intensiva da área.
CHEFE DO SETOR DE OBRAS E	01	R\$ 2.708,35	- Ser servidor
DIFICAÇÕES	ne service		municipal e contar
		CATAL ACAS MAN	COIII 110 IIIIIIII
100	or a seal	4 K. 2 4 2 K. 3 K.	(três) anos de serviços
ing .			ininterruptos,
			prestados no serviço
			público municipal.
			Com conhecimentos
			e familiaridade
			intensiva da área.
CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS E	01	R\$ 2.708,35	municipal e contar
INFRA ESTRUTURA	n A		com no mínimo 3
popular in a management in a m	Wa .		(três) anos de
			serviços
sequestile to re-magning - T			ininterruptos,
(esten all ig -	3(7)		prestados no serviço
BS sis p. TO.S air agranti aib C	de de la	LAST OF STA	público municipal.
No forwards the month of the	1		(!!: avidad
20/1/29 int up magnet g ass			

(...). (sic - grifo nosso)

A Lei nº 3.496, de 18 de fevereiro de 2.014, de São João da Boa Vista, que "Cria cargo em comissão na Tabela 'D' do anexo III, da Lei nº 670/92', a seu modo, disciplinou (fls. 1.148/1.149):

Art. 1° - Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992.

TABELA "D"

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADO EXCLUSIVAMENTE POR SERVIDOR



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

DENOMINAÇÃO	QTD	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS
10 2708,12	ZAR8O		
ENCARREGADO DO EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	01	3.343,27	- Ser servidor municipal com no mínimo 3 (três) anos ininterruptos de serviço prestado no serviço público municipal, com conhecimentos e familiaridade
			intensiva da área.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário." (sic - grifo nosso).

A Lei n° 3.514, de 10 de março de 2.014, de São João da Boa Vista, que "Altera a redação do Artigo 33 da Lei n° 670/92, e cria as tabelas "E", "F" e "G" no anexo II também da Lei 670/92", prescreveu, no que é pertinente (fls. 1.051/1.063):

Art. 1° - Fica alterada a redação do Artigo 33 da Lei n° 670/92, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 33 - Os cargos de provimento em comissão da Prefeitura do Município de São João da Boa Vista, são subdivididos em 03 (três) tipos a saber:

> I - Os constantes da tabela 'A' do anexo III, que tem o símbolo C.C., são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo;



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

II - Os constantes da tabela 'B' do anexo III, que tem o símbolo C.C.O.S.M, são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, dentre servidores ocupantes de cargos ou empregos de provimento efetivo constante do Grupo Operacional do Magistério;

III - Os constantes da tabela 'D' do anexo III, que tem o símbolo C.C.O.S., são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, dentre servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo."

Art. 2° - Em razão da alteração de que trata o Artigo 1° desta lei, as tabelas 'A', 'B' e 'D' do anexo III da Lei 670/92, passam a vigorar com a redação dada pelo anexo I desta lei.

Art. 3° - Ficam criadas no anexo II da Lei 670/92, as tabelas 'E', 'F' e 'G' conforme anexo II desta Lei.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...)

Tabela "D" do anexo III da Lei 670/92

Separation of the separation o	CARGOS EM COMISSÃO	TABELA O OCUPADOS EX SÍMBOLO C	CLUSIVAMENTE POR	
on g to produce of the control of th	DENOMINAÇÃO	QTIDADE.	IGUAL À CLASSE DA TABELA "G" DO	REQUISITOS NECESSÁRIOS



MOLDETE L'OPTRU SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

H - Os constantes da rabela 'B' do on	ANEXO II	
ASSESSOR DE FINANÇAS doct la 01 al discreta de contrata de contra	3	- Ser servido municipal e conta com no mínimo ((três) anos de serviço ininterruptos, prestados no serviço
do Nogi térios		público municipal Com conhecimentos e familiaridade
ASSESSOR FINANCEIRO DO 01	3	intensiva da área.
DEPTO. ASSIST. SOCIAL	,	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3
exercicação pelo Chele do D		(três) anos de serviços
servidor se ocupantes de cargos		ininterruptos,
cyliets		prestados no serviço público municipal.
		Com conhecimentos e
Act. 25 Em region de alterecco		familiaridade
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO 01	3	intensiva da área Ser servidor
- CONTROLE DO DEPTO. DE	No.	municipal e contar
ASSISTENCIA SOCIAL		com no mínimo 3
dada pelo anexo I desta lei.		(três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço
Art. 3° From criodas no anexa U		público municipal Ter habilidades para
tobela 'E', 'F' e 'G' conforme anexe		planejamento e
Art. 4 - Esta lei entra em vigor		atividades desenvolvidas pelo
ASSISTENTE DE DIRETOR DA 01	2	departamento.
ESCOLA PROF LILLO	2	- Ser servidor municipal estável e
SARMENTO ()		contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço
O AJBBAT	18851	público municipal. Com conhecimentos e familiaridade
CHEFE DA DIVISÃO DE 01	10000	intensiva da área.
ROTEÇÃO SOCIAL DO GLOSMA	2 443	- Ser servidor municipal e contar
A JALOI	maionag	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos,
CLASSE DA :		prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade



				intensiva da área.
	CHEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS JARDIM NOVA REPÚBLICA	01	2 904 (318A)	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
	CHEFE DO CENTRO DE	01	2	- Ser servidor municipal e contar
Service of a service of the service	REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS JARDIM RECANTO DO JAGUARI		ALVIA B STUTIES WE	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade
	mass and a second		2	intensiva da área.
	CHEFE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS CENTRAL	01 207	The same of the sa	municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
	CHEEF DO CENTRO DE	01	2	- Ser servidor municipal e contar
	REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE		201	com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos,
	p.s.	SARW	ILLA SEL MOTES OF	público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
	SETOR DE ADM	. 01	2	- Ser servidor municipal e contar
	RECURSOS HUMANOS	03.087	08 30 80 58 00 A DO CONSLIND	com no mínimo 3
	Section 1	183	20 02 04	- Ter formaçã



	ian steel		EKAL DE JUSTIÇA	
				seguintes curso
	io Inum	30	OF CENTRO	Engenharia, curso
	1000	- court		Administ ~
	CHEE	AIOM	ASISTA NO WASISA	Administração,
	JETOK L	E 01	MICHAEL SARDIM	Ciências Contábeis.
	CONTADILIDADE		monat cas:	- Ter formação
	DIG TO THE PARTY		1.3	superior em Ciência
	bill King			Contábeis ou curso
	100			Técnico em
	(a)			Contabilidad
	matel			inscrição no Conselho
				I Don't - I
totas e logi	CHEEF DO SET OF	30 .	587 667 667	Regional de
	CHEFE DO SETOR DE CONTROL	01	2	Contabilidade.
	DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO	ADMI	alaka an ² ana	- Ser servidor
	THE PATRIMONIO	-AUGRA		municipal e contar
		THURSDAY!	CEAS .	com no mínimo 3
	pag i		ISAUDAL OG CE	
	füg i	1	PASSAU DIG (1)	ininterruptos,
dominacinos e	51			prestados no serviço
				público municipal
	DHS			Com conhecimentos e
	\$ 50	30 0	09 haven	familiaridade
	CHEFE DO SETOR DE COMPRAS,	01	###S.F OO	intensiva da área.
	LICITAÇÕES E SONTE	ALDMETS	IZ IA 30 ZAINIS	C
	LICITAÇÕES E CONTRATOS		1	municipal e contar
	rini)		L CRAS CENTRAL	com no mínimo 3
	and a			(três) anos de serviços
	rug			ininterruptos,
a conseniosinos n				prostad
abat halik	CHEFE DO SETOR DE			prestados no serviço
	CHEFE DO SETOR DE	01	2	público municipal.
asing dis press	DESENVOLVIMENTO DE		2	- Ter formação
Ser service				superior em uma das
olnos a tagisti	PROJETOS		MED DO 7	seguintes áreas:
Omicine are a	103	BO OGAL	LADSSES ADMIN	Engenharia,
glytez eb song (a	in t		The same of the same of the same	Arquitetura
aplounat			STUNCIA SOCIAL	Administração,
	CHEEF DO SETOR DE LUIS			Ciências Contábeis.
reidinger exit	CHEFE DO SETOR DE NUTRIÇÃO	01	2	
				- Ser servidor
Secure Control of the	2			municipal e contar
4000000000	O.E.			com no mínimo 3
dunis o do prints	ni l			(três) anos de servicos
Ser service				ininterruptos,
inco a logishu	10		ROTHE DO SETOR	prestados no serviço
	CHEFE DO SETOR DE PROTEÇÃO			público municipal.
ivva s ele esse de		01	2	
soldering tos.	DEFESA DO CONSUMIDOR			100,100
rist on sobstan				municipal e contar
ship on zacinizari				com no mínimo 3
úblico municip				(três) anos de serviços
olni conhectis anto				ininterruptos,
spilleridode	Harris and the same of the sam			prestados no serviço
os à ph pviane	HEFE DO SETOR DE	01		público municipal.
Control of the Party	OLIOK DE	01	2	- Ser servidor
DIU MO tohenu	ROTOCOLO E ARQUIVO	ADASTRI	30 ROTEL CORRE	municipal e contar
THE REAL PROPERTY.			Carried and Administration of	com no mínimo 10
				com no mínimo 10



PST TO TO	ec screen	od ogađenska Maroarenska	(dez) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
CHEFE DO SETOR DE TESOURARIA	01	2	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 10 (dez) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal.
(A) (1/2)	7 0311 (3) (4) (4)	COLERA DE	Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
ENCARREGADO DA SEÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	01	4	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 03 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal.
N I (a	ogyvalla.	ALIERAS ALIERAS	Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
ENCARREGADO DA SEÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADUNICO	01	4	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 03 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal.
100	OGN SUR	DO DISABBIRA DESERVADO PRODUCTION	Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
ENCARREGADO DO CONTROLE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS	01	4	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 03 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal
	ACHER ACH	no ordensative	Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
ENCARREGADO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DE VIAS	01	4	- Ser servido municipal e conta com no mínimo 03 (três) anos de serviço ininterruptos, prestados no serviç



F 985 208 200 188 4					público municipal. Com conhecimentos e
atorios no serviço Mico menicipali es corbucintente e					Com conhecimentos e
Mes mendpet	no Ga				connectine in O3 6
6 cohambadeo e			100		familiaridade
F 200 200 200 200 180 40	ENCAPPECAPO DO				intensiva da área.
The property of the	ENCARREGADO DO		01	4	- Ser servidor
David 65 myles	CONSERVAÇÃO AMB	IENTAL			municipal e contar
					com no mínimo 03
			BC 5	Office GG	(três) anos de serviços
The second secon					inint-
The second secon				AIRABU	prestados no serviço
					público municipal.
I was a second					Com conhecimentos e
Jacobsum south					familiaridade
The second secon	NCARREGADO DO	CERLUGE			intensiva da área.
Manager and Company		SERVIÇO	01	4	- Ser servidor
Mersiya da área	DE COLELA DE	LIXO E			municipal e contar
	/ARRIÇÃO				com no mínimo 03
mothos e logista)			30 OA33	AG COAD 98/	(três) anos de serviços
20 ominim on no			0	IA CEPAGAMENT	I to to a
regiones de sero (ser				The section of the se	prestados no serviço
so stratechi					público municipal.
opin se un toborgen					Com conhecimentos e
Jeografinam occiden					familiaridade
	NCARREGADO DO	SERVIÇO	01		intensiva da área.
		SEK VIÇO	01	4	- Ser servidor
De un mis grain de	E GALERIAS				municipal e contar
sobilizes 142		10			com no mínimo 03
tomos e logistrem		19		AR COADS ISA	(três) anos de serviços
£0 ominim on no			DADAMA	SMAL DE INFO	ininterruptos,
tees) once sie set vigos					prestados no serviço
, software ten				00 MU	
colvies on temptane					Com conhecimentos e
Jagistrum 038 (90					familiaridade
e polimentarios neEl	NCARREGADO DO	SERVIÇO	01	,	intensiva da área.
Advantage Victorial Control			01	4	- Ser servidor
come of original	E GUIAS E SARJETAS				municipal e contar
voletyrae activistor		10	BJORTMOD		com no mínimo 03
witnes o legislatura			DAY (17 N 5 1/3 % 1/4)		(três) anos de serviços
com in minimo 03			SOON/921		ininterruptos,
(reast arrow de serviços				TA PARTER TO A	prestados no serviço
ininterrupton,			UCE AT 9	CHO ASSISTEMENAL	público municipal.
prestados no serviço					Com conhecimentos e
lacionum collidio					familiaridade
e zomeniberkos meEN	CARREGADO DO	SERVIÇO	01	4	intensiva da área.
Shobitoffi DE	MANUTENÇÃO ELÉTR	OICA .		7	- Ser servidor
the state of the s	MINITERITY AU ELEIK	CICA			municipal e contar
- Ser service		10	ECTOR DE	OG OGAĐERIAS	com no mínimo 03
10 finds a la giuliaum			1		(três) anos de serviços ininterruptos,
Con minimo O			24)	MOTERICINO DE VI	prestados no serviço
					Presiduos 110 SELVICO
(trés) anos de saralço					
(trés) emos de sanaços mineros per sanaços mo servigos escriptos e					público municipal. Com conhecimentos e



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

		STORY AND THE	intensiva da área.	
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA	01		- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 03 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.	
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VIAS RURAIS	01	4	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 03 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal.	
100	CALVASE	od porteksi periliksia	Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.	
ENCARREGADO SERVIÇO DE MARCENARIA	01	04 00 00A889	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 03 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.	
ENCARREGADO DA SEÇÃO DE ARQUIVO	01	455AR	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 10 (dez) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.	
ENCARREGADO DO SETOR DE OBRAS E EDIFICAÇÕES	01	4	- Ser servido municipal e conta com no mínimo 0 (três) anos de serviço ininterruptos, prestados no serviço público municipo Com conhecimentos	
2 1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 10	01	4	familiaridade intensiva da área. - Ser servida	
ENCARREGADO DO SERVIÇO	01		municipal e conta	



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

	DE OFICINA MECÂNICA			
	N 10			com no mínimo 0
	Transm I	OQIV 933	CO COLADAR	(três) anos de serviço
	Tree Tree	AULICA	ADIH OĀDMETUM	ininterruptos,
			and confinition	prestados no serviç
	readini .			público municipa
	della			Com conhecimentos
	college			familiaridade
	FNICARRE			intensiva da área.
	DO SEKVIÇ		4	- Ser servido
		4		municipal e conta
				com no mínimo 03
		ONVIRE	02 Onalises	(três) anos de serviço
		ZAW BO		in the services
		STATE OF	OA, METERNALIS -	prestados no serviço
			33	público municipal.
				Com conhecimentos e
	of Sixe			familiaridade
	Files			intensiva da área.
	SEKVIÇO	01	4	- Ser servidor
	DE SEDDALUEDIA			municipal e contar
				com no mínimo 03
	pi 8370 - 111	90 O'NY	HER COADING	(três) anos de serviços
				imi
	1100			prestados no serviço
				público municipal
				público municipal. Com conhecimentos e
				familiaridade
				intensiva da área.
	DO SEIOR DE	01	4	
				JCI TIGOI
	EDUCAÇÃO			municipal e contar
		EC DACES		com no mínimo 03
				(três) anos de serviços ininterruptos,
	REO			prosted -
				prestados no serviço público municipal.
				público municipal. Com conhecimentos e
	ing			familiaridade
ans commission com	ENCAPPECAPO			intensiva da área.
	ENCARREGADO DO SETOR DE	01	4	
STATE OF STA	TRANSPORTE ESCOLAR			- Ser servidor
nsivo do área.	Pine .			municipal e contar
pivies less	B 10	30 RO718	DO OUADESSA	com no mínimo 03
	rum			(três) anos de serviços
on minimum on	103	320	RAS E EDIFICAÇÃ	ininterruptos,
s) and de storig	in)			prestados no serviço
ercuptós,				público municipal.
ACT TO SERVICE STATE OF THE PARTY OF THE PAR	1000			Com conhecimentos e
qishum nolli	ENCAPPEGA			familiaridade
	ENCARREGADO DO SERVIÇO	01	4	intensiva da área.
na contractme ros	DE TRÂNSITO			Ser servidor
eliteridode	DE IKANSIIO			
ensiva do on o.	TRANSITO			municipal e contar
eliteridode	tar	CQIV982 OI		com no mínimo 03 três) anos de serviços



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

8 Sold 2	70 194	57QARBA	prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DO CIC TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	01	4	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 03 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DO CSU LUIZ DE FREITAS	01	4	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 03 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.
ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DO CSU MIGUEL JORGE NICOLAU	01	4	- Ser servidor municipal e contar com no mínimo 03 (três) anos de serviços ininterruptos, prestados no serviço público municipal. Com conhecimentos e familiaridade intensiva da área.

(sic - grifo nosso).

Já a Lei n° 3.739, de 18 de novembro de 2.014, de São João da Boa Vista, criou na Tabela D do Anexo III da Lei n° 670/92 funções comissionadas, nos seguintes termos (fls. 1.150/1.151):

Art. 1° - Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei n° 670 de 22 de maio de 1.992.

TABELA "D"

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADO EXCLUSIVAMENTE POR SERVIDOR



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

eçivser on robn legblaum ar a rotnamissinos	960 1000)		QTD	C.C.O.S.	REQUISITOS NECESSÁRIOS
indoses five do neg.	CHEFE	DA TOS	SECÇÃO	DE	1	4	- Ser servidor municipa
188718 102				10	ODIVE		com no mínimo 6 (seis
200					2D C		
							Maria Maria
zoigune				7 1	F SSAN		
sodos na serviça							serviço público municipal.
Josephian out							- Ser servidor municipal e
a corbe character a							
al legisle de							contar com no mínimo 3
etya da örea.							(três) anos de serviços
Ser servidor				No.	RVICO		Infato
retrice a tracific or minim on h							
					962 00		departamento em que se
in dens de serviços de respons							dará a nomeação para o
on soboles							cargo em comissão.
Incomum cond							
a zomeniosanos in							- Não haver respondido
phr binsi im							nos últimos 6 (seis) anos a
verb physical							
Son serrida				0	opival.		Processos Administrativo
otras a haqida							Disciplifidi e ou Processo
					ASO DI		5.4 5.5
colvins ab Long es							
,act qure sin							Sindicância.
estación de servis							- Não ter nos últimos 5
confection may be selected and							(cinco) anos mais que 30
topic do ordere							(trinta) faltas
							injustificadas.

Art. 2° - Fica alterado na tabela "D" do anexo III da
Lei n° 670, de 22 de maio de 1992, a nomenclatura
do cargo em comissão de "Chefe do Setor de
Licitações e Contratos" para "Chefe do Setor de
Compras, Licitações e Contratos".

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

(...)". (sic - grifo nosso)

Ademais, a Lei n° 3.985, de 27 de abril de 2.016, de São João da Boa Vista, preceituou (fl. 1.152):

"Art. 1° - O cargo em comissão de Assessor de Planejamento e Controle do Departamento de Assistência Social, constante da Tabela "D" do Anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992, passa a denominar-se Assessor de Planejamento e Controle de Repasses ao Terceiro Setor.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário."

(sic - grifo nosso)

Já a Lei n° 4.124, de 09 de maio de 2.017, de São João da Boa Vista, trouxe as seguintes alterações (fl. 1.153):

"Art. 1° - Ficam alterados os requisitos necessários para provimento do cargo de Chefe da Secção de Contratos, constante da Tabela "D" do anexo III da Lei n° 670, de 22 de maio de 1.992.

DENOMINAÇÃO	QTD	C.C.O.S.	REQUISITOS NECESSÁRIOS
CHEFE DA SECÇÃO DE CONTRATOS	ne sa		- Ser servidor municipal com, no mínimo, 3 (três anos ininterruptos de serviço prestado no serviço público municipal Possuir conhecimentos o



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

() (sic grife nesso)		familiaridade	intensiva
° 3.985, de 27 de abril de 2.016, r	idemail, a Lei	na área.	
1,1,1,52):	Luculianard at	ally thos	

en restante de accidente me acros O Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua en atmendada de stantes de actual publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(...). (sic - grifo nosso)

No mais, foi editado o Decreto nº 4.962, de 21 de agosto de 2.014, de São João da Boa Vista, que, entre outros, descreveu as atribuições dos cargos comissionados instituídos pelo Anexo III da Lei nº 670/1.992, com suas posteriores alterações (fls. 78/117).

Conforme será demonstrado no curso desta exordial, do exame dos diplomas supramencionados, infere-se que foram criados por meio de seus enunciados cargos em comissão e funções de confiança à margem dos preceitos constitucionais que regem a matéria, precisamente os arts. 98 a 100, 111, 115, II e V, todos da Constituição Estadual.

II – DO PARÂMETRO DA FISCALIZAÇÃO ABSTRATA DE CONSTITUCIONALIDADE.

O Anexo III da Lei nº 670/1.992, do Município de São João da Boa Vista, em sua redação original e na promovida pela legislação transcrita no item anterior, prevê cargos e funções de confiança na estrutura administrativa do Município, que se encontram, ou desacompanhados das respectivas atribuições em lei, ou relacionados a atividades técnicas e burocráticas.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Tal previsão legal contraria frontalmente a Constituição do Estado de São Paulo, à qual está subordinada a produção normativa municipal ante a previsão dos arts. 1°, 18, 29 e 31 da Constituição Federal.

Os preceitos da Constituição Federal e da Constituição do Estado são aplicáveis aos Municípios por força de seu art. 144, que assim estabelece:

"Art. 144 - Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se autoorganizarão por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição".

A incompatibilidade das normas atacadas se visualiza a partir de seu cotejo com os seguintes preceitos da Constituição Estadual:

- "Art. 98 A Procuradoria Geral do Estado é instituição de natureza permanente, essencial à administração da justiça e à Administração Pública Estadual, vinculada diretamente ao Governador, responsável pela advocacia do Estado, sendo orientada pelos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público.
- § 1° Lei orgânica da Procuradoria Geral do Estado disciplinará sua competência e a dos órgãos que a compõem e disporá sobre o regime jurídico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, respeitado o disposto nos arts. 132 e 135 da Constituição Federal.
- § 2° Os Procuradores do Estado, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

oboted ob objultado o etnemicia público de provas e títulos, com a participação da localisme extremen accuracy possible of ases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica na forma do 'caput' deste artigo.

(...)

Art. 99 - São funções institucionais da ProcuradoriaGeral do Estado:

 I - representar judicial e extrajudicialmente o Estado e suas autarquias, inclusive as de regime especial, exceto as universidades públicas estaduais;

II - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo e das entidades autárquicas a que se refere o inciso anterior;

III - representar a Fazenda do Estado perante o Tribunal de Contas;

 IV - exercer as funções de consultoria jurídica e de fiscalização da Junta Comercial do Estado;

 V - prestar assessoramento jurídico e técnicolegislativo ao Governador do Estado;

 VI - promover a inscrição, o controle e a cobrança da dívida ativa estadual;

VII - propor ação civil pública representando o Estado;

VIII - prestar assistência jurídica aos Municípios, na forma da lei;



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA JURÍDICA

IX - realizar procedimentos administrativos, inclusive disciplinares, não regulados por lei especial;

X - exercer outras funções que lhe forem conferidas por lei.

Art. 100 - A direção superior da Procuradoria-Geral do Estado compete ao Procurador Geral do Estado, responsável pela orientação jurídica e administrativa da instituição, ao Conselho da Procuradoria Geral do Estado e à Corregedoria Geral do Estado, na forma da respectiva Lei Orgânica.

Parágrafo único - O Procurador Geral do Estado será nomeado pelo Governador, em comissão, entre os Procuradores que integram a carreira e terá tratamento, prerrogativas e representação de Secretário de Estado, devendo apresentar declaração pública de bens, no ato da posse e de sua exoneração.

(...)

Art. 111 – A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência.

(...)

Art. 115 — Para a organização da administração pública direta ou indireta, inclusive as fundações instituídas ou mantidas por qualquer dos Poderes do



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

svissioni covitatizimino aconsulbacera nos Estado, é obrigatório o cumprimento das seguintes

X - e(...) er outras tunções que lhe forem confecidos

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as momeações para cargo em comissão, declarado em comissão, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração;

(...) botz3

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

(...)".

institutions or manifers for evaluate dos Foderes do

III – DA INCONSTITUCIONALIDADE DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA PREVISTOS NO ANEXO III, TABELAS A, B E D, DA LEI Nº 690/1.992, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL E COM AS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

A inconstitucionalidade apontada neste tópico diz respeito à previsão de cargos em comissão e funções de confiança destituídos de atribuições ou dotados de atribuições que não espelham funções de direção, chefia e assessoramento, em afronta ao disposto nos arts. 111 e



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

115, II e V, da Constituição Estadual, que reproduzem o art. 37, *caput* e incisos II e V, da Carta Federal.

Aplica-se ao caso, ademais, a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal em regime de repercussão geral (Tema 1010 – Leading Case RE n. 1041210/SP - Relatora Min. Carmem Lúcia), do seguinte teor:

- "a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;
- b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;
- c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e
- d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir." (STF, RE 1041210-SP, Rel. Min. Carmem Lúcia, 28-09-2018).
- a) Da ausência de descrição legal das respectivas atribuições.

A Lei n° 690/1.992, com as alterações promovidas pelas Leis n° 19/1.993, n° 237/1.994, n° 109/1.998, n° 672/2.001, n° 1.630/2.005, n° 2.183/2.007, n° 2.294/2.008, alterada pela Lei n° 2.791/2.010, n° 2.719/2.009, n° 2.721/2.009, n° 2.724/2.009, n° 3.064/2.011, n°



1.630/Z.005.f

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

3.453/2.013, n° 3.495/2.014, n° 3.514/2.014, n° 3.554/2.014, n° 4.070/2.017, n° 4.072/2.017, n° 4.074/2.017, n° 4.075/2.017, n° 4.077/2.017, n° 4.099/2.017, e n° 4.128/2.017 (alterações referentes à Tabela A do Anexo III), e Leis nº 318/1.999, nº 442/2.000, nº 759/2.001, n° 992/2.002, n° 1.557/2.005, n° 1.579/2.005, n° 1.851/2.006, n° 2.269/2.008, n° 2.608/2.009, n° 2.821/2.010, n° 2.841/2.010, n° 2.964/2.011, n° 3.056/2.011, n° 3.136/2.012, n° 3.137/2.012, n° 3.483/2.013, n° 3.514/2.014, n° 3.668/2.014, n° 3.738/2.014, n° 3.746/2.014, n° 4.079/2.017, n° 4.105/2.017 e n° 4.174/2.017 (alterações referentes à Tabela B do Anexo III), do Município de São João da Boa Vista, não contém a descrição das atribuições dos seguintes cargos em comissão: "Chefe do Gabinete do Prefeito", "Chefe da Assessoria de Planejamento, Gestão Desenvolvimento", "Chefe da Assessoria Jurídica", "Diretor do Departamento de Administração", "Diretor do Departamento de Finanças", "Diretor do Departamento de Engenharia", "Diretor do Departamento de Serviços, Obras e Infra-Estrutura", "Diretor do Departamento de Educação", "Diretor do Departamento de Assistência Social", "Diretor do Departamento de Saúde", "Diretor do Departamento de Cultura", "Diretor do Departamento de Esportes", "Diretor do Departamento de Turismo", "Assessor de Relações Públicas", "Oficial de Gabinete", "Secretário Executivo do Prefeito", "Secretário Geral", "Secretário da Junta de Alistamento Militar", "Chefe da Assessoria para Assuntos Extraordinários", "Agente de Crédito", "Administrador do Aeródromo Municipal", "Assessor de Desenvolvimento de Programas Habitacionais", "Diretor do Departamento de Recursos Humanos", "Diretor do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento", "Assessor Técnico de Direção do Departamento de



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA JURÍDICA

Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento", "Assessor de Trânsito e Segurança", "Administrador de Cemitério", "Assessor do Gabinete do Prefeito", "Diretor Clínico", "Assistente do Administrador do Cemitério", "Assessor do Departamento de Esportes", "Assessor Jurídico Especial", "Assistente do Depto. de Assistência Social" e "Diretor da Escola Municipal de 2° Grau e Ensino Supletivo Professor Hugo Sarmento" (referentes à Tabela A), bem como "Supervisor de Ensino", "Diretor de Escola", "Vice-Diretor de Escola", "Assistente Pedagógico" e "Coordenador Pedagógico" (referentes à Tabela B).

Não é só.

Também não há previsão em lei das atribuições das seguintes funções de confiança, instituídas pela Lei nº 670/1.992, com as alterações promovidas pelas Leis n° 711/2.001, n° 887/2.002, n° 888/2.002, n° 1.696/2.005, n° 2.137/2.007, n° 2.145/2.007, n° 2.146/2.007, n° 2.657/2.009, n° 2.663/2.009, n° 2.712/2.009, n° 3.017/2.011, n° 3.024/2.011, n° 3.052/2.011, n° 3.293/2.013, n° 3.364/2.013, n° 3.367/2.013, n° 3.369/2.013, n° 3.447/2.013, n° 3.496/2.014, Lei n° 3.514/2.014, n° 3.739/2.014, n° 3.985/2.016 e n° 4.124/2.017, do Município de São João da Boa Vista: "Chefe do Setor de Cadastro", "Chefe Setor de Contabilidade", "Chefe do Setor de Desenvolvimento de Projetos", "Chefe do Setor de Nutrição", "Assessor de Planejamento e Controle do Departamento de Promoção Social", "Encarregado do Setor de Manutenção de Vias", "Encarregado do Setor de Obras e Edificações", "Encarregado do Setor de Conservação Animal", "Encarregado do Serviço de Coleta de Lixo e Varrição", "Encarregado do Serviço de Marcenaria", "Assistente de Diretor da Escola Professor Hugo Sarmento", "Chefe do Setor de Protocolo e Arquivo", "Chefe do Setor de Tesouraria", "Encarregado da Secção de



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

e offenent el Arquivo", "Encarregado do Serviço de Administração do CSU 'Luiz de Freitas', "Encarregado do Serviço de Administração do CSU 'Miguel Jorge Nicolau', "Encarregado do Serviço de Galerias" "Encarregado do Serviço de Guias e Sarjetas", "Encarregado do Serviço de Manutenção de Vias Rurais", "Encarregado do Serviço de Manutenção Elétrica", "Encarregado do Serviço de Manutenção Hidráulica", "Encarregado do Serviço de Oficina Mecânica", "Encarregado do Serviço Pavimentação Asfáltica", "Encarregado do Serviço de Serralheria", "Encarregado do Setor de Expediente do Depto. de Educação", "Encarregado do Setor de Transporte Escolar", "Chefe do Setor de Controle de Materiais e Patrimônio", "Chefe do Setor de Administração de Recursos Humanos", "Chefe do Serviço de Folha de Pagamento", "Encarregado de Administração do CIC 'Tancredo de Almeida Neves', "Encarregado do Serviço de Trânsito", "Chefe da Divisão de Proteção Social", "Chefe do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Nova República", "Chefe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim Recanto do Jaguari", "Chefe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Central", "Chefe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)", "Encarregado da Seção de Sistema de Informação Cadunico", "Assessor Financeiro", "Encarregado do Controle de Execução dos Serviços Socioassistenciais", "Chefe do Setor de Proteção e Defesa do Consumidor", "Assessor de Gestão Administrativa de Serviços e Obras", "Chefe do Setor de Manutenção de Vias", "Chefe do Setor de Obras e Edificação", "Chefe da Divisão de Obras e Infraestrutura", "Assessor Técnico de Direção do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento", "Assessor de Finanças", "Assessor Financeiro do Depto. Assist. Social", "Assessor de Planejamento e Controle de Repasses ao Terceiro Setor",



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

"Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos" e "Chefe da Secção de Contratos".

É absolutamente imprescindível que a lei descreva as efetivas atribuições dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança, para se aquilatar se realmente se amoldam às funções de assessoramento, chefia e direção (art. 115, II e V, CE).

Referida exigência se amolda ao próprio **princípio da legalidade**, **o qual se desdobra na reserva legal**, a exigir lei em sentido formal para criação e disciplina de cargos e funções públicos, como adverte a doutrina, *verbis*:

"(...) somente a lei pode criar esse conjunto interrelacionado de competências, direitos e deveres que é o cargo público. Essa é a regra geral consagrada no art. 48, X, da Constituição, que comporta uma ressalva à hipótese do art. 84, VI, b. Esse dispositivo permite ao Chefe do Executivo promover a extinção de cargo público, por meio de ato administrativo. A criação e a disciplina do cargo público faz-se necessariamente por lei no sentido de que a lei deverá contemplar a disciplina essencial e indispensável. Isso significa estabelecer o núcleo das competências, dos poderes, dos deveres, dos direitos, do modo da investidura e das condições do exercício das atividades. Portanto, não basta uma lei estabelecer, de modo simplista, que 'fica criado o cargo de servidor público'. Exige-se que a lei promova a discriminação das competências e a inserção dessa posição jurídica no âmbito da organização administrativa, determinando as regras que dão identidade e diferenciam a referida posição jurídica" (Marçal Justen



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Filho. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Saraiva, 2005, p. 581).

Com efeito, o princípio da legalidade impõe lei em sentido formal para criação e disciplina de postos públicos, compreendido este como o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, criado por lei, em número certo, com denominação própria, sujeito à remuneração e à subordinação hierárquica, para o exercício de uma função pública específica (cf. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 16 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012- p. 298).

Desse modo, ponto elementar relacionado à criação de cargos públicos é a exigência de que lei específica — no sentido de reserva legal ou de lei em sentido formal, como ato normativo produzido pelo Poder Legislativo, mediante o competente e respectivo processo - descreva as correlatas atribuições.

Não é diferente no que diz respeito à criação de funções de confiança, cumprindo ao legislador traçar em seu texto cada uma das atribuições conferidas ao servidor ocupante de tal função, vez que a omissão de mandamento neste sentido impossibilita a aferição da presença dos critérios exigidos pelo constituinte, conduta esta que não pode ser tolerada em um Estado Democrático de Direito, cuja essência resta alicerçada na ampla publicidade de informação, sendo contrário ao seu espírito atos velados, obscuros, sobre os quais resta impossibilitada qualquer espécie de controle:

estatula de maior densidade estatura sistêmica, a estatura sistêmica de maior densidade estatura sistêmica, a estatura sistêmica, a estatura sistêmica, a estatura sistêmica de maior densidade estatura sistêmica, a estatura sistêmica estatura sistêmica, a estatura sistêmica estatura sistêmica, a estatura sistêmica, a



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

mais vistosos pilares: a) o da informação em plenitude e de máxima qualidade; b) o da transparência ou visibilidade do Poder, seja ele político, seja econômico, seja religioso (art. 220 da CF/88). (...)" (ADPF-MC 130. Relator Min. Carlos Britto. Pleno. Julgamento: 27.02.2008)"

Nesses termos, a exigência de reserva legal é imperiosa em se tratando de cargos e de funções de confiança, posto que serve à mensuração da perfeita subsunção da hipótese normativa concreta ao comando constitucional.

Somente a partir da descrição precisa das referidas atribuições será possível, a bem do funcionamento administrativo e dos direitos dos administrados, averiguar-se a completa licitude do exercício dos cargos e funções públicas pelo agente público.

Trata-se de exigência relativa à competência do agente público para a prática de atos em nome da Administração Pública e, em especial, daqueles que tangenciam os direitos dos administrados, e que, ainda, permite a aferição da legitimidade da forma de investidura no cargo público e/ou da função de confiança, os quais devem ser guiados pela legalidade, moralidade, impessoalidade e razoabilidade.

E nem se alegue, por oportuno, que ao Chefe do Poder Executivo remanesceria competência para descrição das atribuições dos cargos públicos e das funções de confiança, sob pena de convalidar a invasão de matéria sujeita exclusivamente à reserva legal.

Isso porque, "a nossa ordem constitucional não se compadece com as autorizações legislativas puras ou incondicionadas, de nítido e inconfundível conteúdo renunciativo. Tais medidas representam inequívoca deserção do compromisso de deliberar politicamente, configurando manifesta fraude ao



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

princípio da reserva legal e à vedação à delegação de poderes." (cf. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco. 4 ed.. São Paulo: Saraiva, 2009- pp. 960).

A propósito, a possibilidade de instituição de regulamento autônomo, para disciplina da organização e funcionamento da administração (art. 47, XIX, a, da Constituição Paulista), não se confunde com a delegação de competência para o Chefe do Poder Executivo fixar atribuições de cargo público ou de função de confiança, sob pena de violação ao art. 24, § 2°, 1, da Carta Paulista, que exige, para tanto, lei em sentido formal.

Com efeito, o regulamento autônomo (ou de organização) deve conter normas sobre a organização administrativa, isto é, sobre a disciplina do modo de prestação do serviço e das relações intercorrentes entre órgãos, entidades e agentes, e de seu funcionamento, sendo-lhe vedado criar cargos públicos, podendo tão somente extingui-los, quando vagos (arts. 48, X, 61, § 1°, II, a, 84, VI, b, Constituição Federal; art. 47, XIX, a, Constituição Estadual) ou para fins de contenção de despesas (art. 169, § 4°, Constituição).

Daí ter o Supremo Tribunal Federal (Tema 1010 – Leading Case n° RE n. 1041210/SP - Relatora Min. Carmem Lúcia) fixado a seguinte tese, em 28 de setembro de 2018:

"a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

- b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;
- c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e
- d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir." (STF, RE 1041210-SP, Rel. Min. Carmem Lúcia, 28-09-2018).

In casu, ocorre justamente o inverso. O Decreto nº 4.962/2.014 de São João da Boa Vista, elenca as atribuições dos postos comissionados criados pelo Anexo III da lei municipal objurgada.

A partir da fundamentação apresentada, fica evidente que a ausência de descrição legal das atribuições dos cargos em comissão e das funções de confiança acima nominados e previstos no Anexo III, Tabelas A, B e D, da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992, em sua redação original e na promovida pelas Leis nº 19/1.993, nº 237/1.994, nº 672/2.001, nº 1.630/2.005, nº 2.183/2.007, nº 2.294/2.008, alterada pela Lei nº 2.791/2.010, nº 2.719/2.009, nº 2.721/2.009, nº 2.724/2.009, nº 3.064/2.011, nº 3.453/2.013, nº 3.495/2.014, nº 3.514/2.014, nº 3.554/2.014, nº 4.070/2.017, nº 4.072/2.017, nº 4.074/2.017, nº 4.075/2.017, nº 4.077/2.017, nº 4.099/2.017, e nº 4.128/2.017 (alterações referentes à Tabela A do Anexo III), Leis nº 318/1.999, nº 442/2.000, nº 759/2.001, nº 992/2.002, nº 1.557/2.005, nº 1.579/2.005, nº 1.851/2.006, nº 2.269/2.008, nº 2.608/2.009, nº



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

2.821/2.010, n° 2.841/2.010, n° 2.964/2.011, n° 3.056/2.011, n° 3.136/2.012, n° 3.137/2.012, n° 3.483/2.013, n° 3.514/2.014, n° 3.668/2.014, n° 3.738/2.014, n° 3.746/2.014, n° 4.079/2.017, n° 4.105/2.017 e n° 4.174/2.017 (alterações referentes à Tabela B do Anexo III), e Leis n° 711/2.001, n° 887/2.002, n° 888/2.002, n° 1.696/2.005, n° 2.137/2.007, n° 2.145/2.007, n° 2.146/2.007, n° 2.657/2.009, n° 2.663/2.009, n° 2.712/2.009, n° 3.017/2.011, n° 3.024/2.011, n° 3.052/2.011, n° 3.293/2.013, n° 3.364/2.013, n° 3.367/2.013, n° 3.369/2.013, n° 3.447/2.013, n° 3.496/2.014, Lei n° 3.514/2.014, n° 3.739/2.014, n° 3.985/2.016 e n° 4.124/2.017, do Município de São João da Boa Vista, afronta a Constituição, o que torna de rigor a declaração de inconstitucionalidade dos referidos postos.

b) Da criação abusiva e artificial de cargos de provimento em comissão de "Assistente de Programas Habitacionais", "Assessor do Departamento de Cultura", "Chefe do Setor de Transporte Escolar", "Chefe do Setor de Controle Animal", "Chefe do Setor de Tráfego", "Assistente de Gabinete" e "Diretor do Departamento Jurídico" ou "Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista".

Não bastasse a inconstitucionalidade apontada no tópico anterior, da leitura das atribuições previstas para os cargos de provimento em comissão de "Assistente de Programas Habitacionais" (previsto na Lei nº 3.770/2.014), "Assessor do Departamento de Cultura" (constante da Lei nº 3.771/2.017, na redação dada pela Lei nº 4.128/2.017), "Chefe do Setor de Transporte Escolar" (criado pela Lei nº 4.143/2.017), "Chefe do Setor de Controle Animal" (instituído pela Lei nº 4.160/2.017), "Chefe do Setor de Tráfego" (criado da Lei nº 4.132/2.017), "Assistente de Gabinete" (previsto na Lei nº 4.159/2.017), e "Diretor do Departamento

126



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Jurídico" ou "Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista" (previsto na Lei nº 4.243/2.017), de São João da Boa Vista, depreende-se que se tratam de incumbências técnicas, profissionais e ordinárias que, portanto, não revestem a excepcionalidade exigível no nível superior de assessoramento, chefia e direção.

Pois bem.

Como bem pontificado em venerando acórdão deste Egrégio Tribunal:

"A criação de tais cargos é exceção a esta regra geral e tem por finalidade de propiciar ao governante o controle de execução de suas diretrizes políticas, sendo exigido de seus ocupantes absoluta fidelidade às orientações traçadas.

Em sendo assim, deve ser limitada aos casos em que seja exigível especial relação de confiança entre o governante e o servidor.

(...) he b coldo be obe 3

Tratando-se de postos comuns – de atribuição de natureza técnica e profissional -, em que não se exige de quem vier a ocupá-los o estabelecimento de vínculo de confiança ou fidelidade com a autoridade nomeante, deveriam ser assumidos, em caráter definitivo, por servidores regularmente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, em conformidade com a regra prevista no citado inciso II" (TJSP, ADI 173.260-0/4-00, Órgão Especial, Rel. Des. Armando Toledo, v.u., 22-07-2009).



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Os cargos em questão desempenham funções técnicas, burocráticas, operacionais e profissionais, e, por isso, devem ser preenchidos por pessoal aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Um dos princípios norteadores do provimento de cargos públicos reside na ampla acessibilidade e igualdade de condições a todos os interessados, respeitados os requisitos inerentes às atribuições de cada cargo. Essa forma de acesso visa garantir, com a obrigatória realização do concurso público, a concretização do princípio da isonomia, assim como a preservação da eficiência da máquina estatal, consubstanciada na escolha dos candidatos mais bem preparados para o desempenho das atribuições do cargo público, de acordo com os critérios previstos no edital respectivo.

A excepcional possibilidade de a lei criar cargos de livre provimento não admite o uso dessa prerrogativa para burla à regra do acesso a cargos públicos mediante prévia aprovação em concurso público (art. 115, II, Constituição do Estado) que decorre dos princípios de moralidade, impessoalidade e eficiência (art. 111, Constituição do Estado).

E não há óbice à criação de cargos comissionados, desde que respeitados os requisitos constitucionais – descrição de funções concretamente de fidúcia.

Não basta a lei criar o cargo ou dar-lhe uma denominação de assessoramento, chefia ou direção se não discriminar primariamente suas atribuições de confiança, para viabilizar o controle de sua conformidade com as prescrições constitucionais que evidenciam a natureza excepcional do provimento em comissão.

A leitura das atribuições dos cargos supramencionados confirma que se destinam a unidades técnicas, burocráticas e operacionais, cujas funções deveriam ser desempenhadas por servidores efetivos. Senão vejamos.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Ao "Assistente de Programas Habitacionais" foram elencadas as seguintes atribuições técnicas e profissionais: executar tarefas gerais na organização e controle do Cadastro Habitacinal Municipal; providenciar documentação junto aos órgãos financiadores dos empreendimentos habitacionais; realizar procedimentos relativos à organização dos sorteios e à entrega de empreendimentos; organizar o arquivo histórico e documental; realizar atividades relacionadas ao atendimento de usuários; e outras funções correlatas (art. 2° da Lei n° 3.770/2.014 de São João da Boa Vista).

Ao "Assessor do Departamento de Cultura" ou "Assessor do Diretor do Departamento de Cultura" estão consignadas em lei as seguintes atividades burocráticas: coordenar as atividades relacionadas à realização de programas, tais como transporte e montagem de exposições, projeção ou exibição de filmes e "videotapes"; organizar documentos necessários à realização dos eventos; supervisionar a criação, a préprodução, produção, realização, montagem e apresentação dos eventos; realizar vistorias técnicas; manter arquivo de recursos humanos e de firmas prestadoras de serviços inerentes às necessidades do departamento, entre outros (art. 2° da Lei n° 3.771/2.014 de São João da Boa Vista).

Também ao "Chefe do Setor de Tráfego" atribuem-se incumbências técnicas e burocráticas: supervisionar as atividades de operação do tráfego municipal urbano e rural; coordenar as atividades de fabricação e manutenção de placas, semáforos, marcações e outros elementos utilizados na sinalização; coordenar a fiscalização das concessionárias de transporte coletivo do município, dos serviços de transporte de carga e de passageiros; entre outras atividades correlatas (art. 2° da Lei n° 4.132/2.017 de São João da Boa Vista).



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Não é diferente no que tange ao "Chefe do Setor de Transporte Escolar", cujas resenhas transcrevem funções técnicas e burocráticas, de forma genérica e superficial. Em linhas gerais, consistem em planejar, coordenar e executar tarefas específicas relativas à organização e ao desenvolvimento administrativo e financeiro ligados ao transporte escolar. a controle da frota e dos recursos humanos vinculados a estes serviços (art. 2º da Lei nº 4.143/2.017 de São João da Boa Vista). especial consta, como tarefas que lhes são inerentes: coordenar e executar a realização de serviços burocráticos, o gerenciamento de recursos humanos e econômicos, a contratação de serviços de transporte de alunos, a elaboração de roteiros, cadastramento, fiscalização, gestão e controle de contratos; elaborar estudos e pesquisas relacionados ao transporte escolar e sua gestão; preparar pareceres; gerenciar veículos e sua manutenção, elaborar roteiros de planilha de custos; entre outras atividades similares (art. 2º da Lei nº 4.143/2.017 de São João da Boa Vista).

O "Chefe do Setor de Controle Animal" tem como incumbências coordenar e orientar os serviços de controle animal do Município de São João da Boa Vista; prestar serviços médico-veterinários; planejar e supervisionar atividades relativas à biologia e à patologia animal, à defesa sanitária, à proteção animal, vigilância, inspeção e fiscalização sanitária; desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica; supervisionar ações de vacinação, castração e controle de animais domésticos; coordenar as ações de apreensão, captura, tratamento e destinação de animais em situação irregular; proceder à profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais; realizar o controle de zoonoses; treinar os servidores municipais envolvidos nas atividades relacionadas ao setor; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios;



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

participar de grupos de trabalho e/ou reuniões e de programas de extensão rural; orientar a lavratura de documentos; etc. (art. 2° da Lei n° 4.160/2.017 de São João da Boa Vista).

O "Assistente de Gabinete" tem como incumbências: dar assistência ao Prefeito em suas relações político-administrativas com os munícipes, órgãos e entidades públicas e privadas, associações de classe, Legislativo Municipal e demais autoridades; atender ao público; controlar a correspondência; preparar relatórios e papéis; e desempenhar atividades correlatas e aquelas determinadas pelo Prefeito (art. 2° da Lei n° 4.159/2.017 de São João da Boa Vista).

Ao "Diretor do Departamento Jurídico" ou "Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista", a seu turno, compete avocar o exame de qualquer assunto jurídico da Administração Direta; promover a administração geral do Departamento; emitir pareceres sobre assuntos submetidos à sua decisão; aprovar despesas e dispêndios do Departamento; proceder ao controle de créditos orçamentários e adicionais; representar o Departamento interna e externamente, inclusive participando de reuniões; sugerir medidas de caráter jurídico que visem projeter o patrimônio do Município e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pelo Prefeito (art. 13 da Lei nº 4.243/2.017 de São João da Boa Vista).

Evidentemente, pois, todos os postos de provimento em comissão supramencionados revelam o desempenho de atividades técnicas e burocráticas, que dispensam especial relação de confiança, devendo ser preenchidos por servidores públicos de carreira, após regular aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Aliás, embora tenham sido utilizadas as expressões "coordenar", "supervisionar", "planejar", "comandar", "orientar" etc. na descrição das atribuições dos cargos mencionados, o fato é que as funções descritas destinam-se a dar suporte subalterno a decisões e execução, não sendo a elas inerente a especial relação de fidúcia que caracteriza os postos de confiança do Prefeito Municipal.

De fato, não se coaduna a criação de cargos desse jaez – cuja qualificação é matéria da reserva legal absoluta – com atribuições ou funções profissionais, operacionais, burocráticas, técnicas, administrativas, rotineiras, sendo, ademais, irrelevante a denominação e a forma de provimento atribuídas, pois, verba non mutant substantiam rei. O essencial é a análise do plexo de atribuições da função pública.

A necessidade de uma burocracia permanente na Administração Pública se dá em função – e a CF/88 delineia tal estrutura – do intencional objetivo de afastar o *spoil's system.* A excepcionalidade da criação de cargos de provimento em comissão evita tal "sistema de despojos", como preleciona Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

descontinuidades nas tarefas, e não podia ser mantido no

Welfare State, cujo funcionamento implica a existência de

um corpo administrativo capaz, especializado e treinado,
à altura de suas múltiplas tarefas" (Manoel Gonçalves

Ferreira Filho. Comentários à Constituição brasileira de

1988, São Paulo: Saraiva, 1997, p. 255).

Neste sentido, a jurisprudência é farta ao censurar a criação abusiva, artificial e indiscriminada de cargos de provimento em comissão (STF, ADI 3.706, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 05-10-2007; STF, RE-AgR



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

365.368-SC, 1^a Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 22-05-2007, v.u., DJ 29-06-2007, p. 49; STF, ADI 3.233-PB, Tribunal Pleno, Rel., Min. Joaquim Barbosa, 10-05-2007, v.u., DJ 14-09-2007, p. 30; STF, ADI 1.141-GO, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, 29-08-2002, v.u., DJ 29-08-2003, p. 16; TJSP, ADI 150.792-0/3-00, Órgão Especial, Rel. Des. Elliot Akel, v.u., 30-01-2008; TJSP, ADIN 173.308.0/4-00, Órgão Especial, Rel. Des. José Roberto Bedran, v.u., 24-06-2009; TJSP, ADI 165.773-0/1-00, Órgão Especial, Rel. Des. Maurício Ferreira Leite, v.u., 10-08-2008).

Daí, não é ocioso repetir, ter o Supremo Tribunal Federal (Tema 1010 – Leading Case n° RE n. 1041210/SP - Relatora Min. Carmem Lúcia) fixado a seguinte tese, em 28 de setembro de 2018:

- "a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;
- b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;
- c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e
- d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir." (STF, RE 1041210-SP, Rel. Min. Carmem Lúcia, 28-09-2018).



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Não há, evidentemente, nenhum componente nos postos indicados a exigir o controle de execução das diretrizes políticas do governante a ser desempenhado por alguém que detenha absoluta fidelidade a orientações traçadas, sendo, por isso, ofensivos aos princípios de moralidade e impessoalidade (art. 111, Constituição Estadual).

Finalmente, acaso o Executivo municipal creditasse aos postos impugnados uma função estratégica na estrutura administrativa municipal, cujo elemento fiduciário fosse indispensável à sua consecução, e desde que as atribuições assim o relevassem, poderia instituir funções de confiança, atribuída aos servidores ocupantes de cargo efetivo após aprovação em concurso, e não, de forma aleatória, com a criação de cargos de livre provimento, como no presente, em desrespeito ao art. 115, II e V, da Carta Paulista.

c) DA NATUREZA DAS ATIVIDADES DE ADVOCACIA PÚBLICA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE "ASSESSOR JURÍDICO ESPECIAL" E DE "DIRETOR DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA" PREVISTOS NO ANEXO III DA LEI Nº 670/1.992, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 4.070/2.017 E PELO ART. 13 DA LEI Nº 4.243/2.017, DAQUELA LOCALIDADE.

Além dos argumentos lançados acima, imperioso destacar que a atividade de advocacia pública, inclusive a assessoria e a consultoria de corporações legislativas, e suas respectivas chefias, são reservadas a profissionais recrutados pelo sistema de mérito.

É o que se infere dos arts. 98 a 100 da Constituição Estadual que se reportam ao modelo traçado no art. 132 da Constituição Federal ao tratar da advocacia pública estadual.

134



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Este modelo deve ser observado pelos municípios por força do art. 144 da Constituição Estadual.

Os preceitos constitucionais (central e radial) cunham a exclusividade e a profissionalidade da função aos agentes respectivos investidos mediante concurso público (inclusive a chefia do órgão, cujo agente deve ser nomeado e exonerado *ad nutum* dentre os seus integrantes), o que é reverberado pela jurisprudência:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI COMPLEMENTAR 11/91, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ART. 12, CAPUT, E §§ 1° E 2°; ART. 13 E INCISOS I A V) - ASSESSOR JURÍDICO - CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - FUNCÕES INERENTES AO CARGO DE PROCURADOR DO **ESTADO** USURPAÇÃO DE **ATRIBUIÇÕES** PRIVATIVAS - PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO - MEDIDA LIMINAR DEFERIDA. - O desempenho das atividades de assessoramento jurídico no âmbito do Poder Executivo estadual traduz prerrogativa de índole constitucional outorgada aos Procuradores do Estado pela Carta Federal. A Constituição da República, em seu art. 132, operou uma inderrogável imputação de específica e exclusiva atividade funcional aos membros integrantes da Advocacia Pública do Estado, cujo processo de investidura no cargo que exercem depende, sempre, de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos" (STF, ADI-MC 881-ES, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, 02-08-1993, m.v., DJ 25-04-1997, p. 15.197).



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

uta da aprof neg sciedizinum solag oboy "TRANSFORMAÇÃO, EM CARGOS DE CONSULTOR JURÍDICO, DE CARGOS OU EMPREGOS JURÍDICO, ASSESSOR JURÍDICO. **ASSISTENTE** PROCURADOR JURÍDICO E ASSISTENTE JUDICIÁRIO-CHEFE, BEM COMO DE OUTROS SERVIDORES ESTÁVEIS JÁ ADMITIDOS A REPRESENTAR O ESTADO EM JUÍZO (PAR 2. E 4. DO ART. 310 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO PARÁ). INCONSTITUCIONALIDADE **DECLARADA** POR PRETERIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO (ART. 37, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). LEGITIMIDADE ATIVA E PERTINÊNCIA OBJETIVA DE AÇÃO RECONHECIDAS POR MAIORIA" (STF, ADI 159-PA, Tribunal Pleno, Rel. Min. Octavio Gallotti, 16-10-1992, m.v., DJ 02-04-1993, p. 5.611).

DE CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA and constitutionalidate. ANEXO 11 LEI COMPLEMENTAR 500, DE 10 DE MARÇO DE 2009, ab pytrogomeny subpat loubotes ovidu ax DO ESTADO DE RONDÔNIA. ERRO MATERIAL NA ob serobraccos son obporcio fonologia «FORMULAÇÃO DO PEDIDO. PRELIMINAR DE NÃO-DE CONHECIMENTO PARCIAL REJEITADA. MÉRITO. levegeria bilitariu uciego (S.S.I. tro Les ma CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM abrobieto aviadoxe a collogas el COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO NO DIRETA. **ADMINISTRAÇÃO** DA ÂMBITO on problems of passencia of passencia of INCONSTITUCIONALIDADE. 1. Conhece-se pivara et empre, elemente, depende, cempre, de previa da ação Cachatigues acovera, esta continua escription and Cinconstitucionalidade se, da leitura do inteiro teor da petição inicial, se infere que o pedido contém manifesto erro material quanto à indicação da norma impugnada. 2. A atividade de assessoramento



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

jurídico do Poder Executivo dos Estados é de ser exercida por procuradores organizados em carreira, cujo ingresso depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, nos termos do art. 132 da Constituição Federal. Preceito que se destina à configuração da necessária qualificação técnica e independência funcional desses especiais agentes públicos. 3. É inconstitucional norma estadual que autoriza a ocupante de cargo em comissão o desempenho das atribuições assessoramento jurídico, no âmbito do Poder Executivo. Precedentes. 4. Ação que se julga procedente" (STF, ADI 4.261-RO, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, 02-08-2010, v.u., DJe 20-08-2010, RT 901/132).

"ATO NORMATIVO - INCONSTITUCIONALIDADE. A declaração de inconstitucionalidade de ato normativo pressupõe conflito evidente com dispositivo constitucional. PROJETO DE LEI - INICIATIVA - CONSTITUIÇÃO DO ESTADO - INSUBSISTÊNCIA. A regra do Diploma Maior quanto à iniciativa do chefe do Poder Executivo para projeto a respeito de certas matérias não suplanta o tratamento destas últimas pela vez primeira na Carta do próprio Estado. PROCURADOR-GERAL DO ESTADO - ESCOLHA ENTRE OS INTEGRANTES DA CARREIRA. Mostra-se harmônico com a Constituição Federal preceito da Carta estadual prevendo a escolha do Procurador-Geral do Estado entre os integrantes da carreira"



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Aurélio, 16-08-2007, m.v., DJe 15-08-2008), inclusive a assessoria e a consultoria de corporações legislativas, e suas respectivas chefias, são reservadas a profissionais também recrutados pelo sistema de mérito (arts. 98 a 100, CE/89).

A Lei n° 4.070/2.017, de São João da Boa Vista, criou o cargo em comissão de "Assessor Jurídico Especial", incluindo-o na Tabela A do Anexo III da Lei n° 670/1.992, daquela localidade.

A seu turno, o art. 13 da Lei nº 4.243/2.017 deu nova denominação ao cargo de provimento em comissão de "Chefe da Assessoria Jurídica", criado pela Lei nº 670/1.992, transformando-o em "Diretor do Departamento Jurídico" ou "Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista", além de enumerar em seus incisos as respectivas atribuições, que revelam atividades típicas da advocacia pública. Em especial, os incisos II, XII, XIII e XIV do art. 13 do referido diploma legal revelam atividades inerentes à advocacia pública: exame e solução de qualquer assunto jurídico da Administração Direta, representação interna e externa do Departamento, sugestão ao Prefeito de medidas de caráter jurídico, entre "outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas".

Assim, a natureza técnica e profissional dos cargos de "Assessor Jurídico Especial" e de "Diretor do Departamento Jurídico" ou "Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista", com o desempenho de atividades de advocacia pública, os torna incompatíveis com o livre provimento.

IV - DO PEDIDO.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Face ao exposto, requerer-se o recebimento e o processamento da presente ação para que, ao final, seja julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade:

(i) das expressões "Chefe do Gabinete do Prefeito", "Chefe da Assessoria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento", "Chefe da Assessoria Jurídica", "Diretor do Departamento de Administração", "Diretor do Departamento de Finanças", "Diretor do Departamento de Engenharia", "Diretor do Departamento de Serviços, Obras e Infra-Estrutura", "Diretor do Departamento de Educação", "Diretor do Departamento de Assistência Social", "Diretor do Departamento de Saúde", "Diretor do Departamento de Cultura", Departamento de Esportes", "Diretor do Departamento de Turismo", "Assessor de Relações Públicas", "Oficial de Gabinete", "Secretário Executivo do Prefeito", "Secretário Geral", "Secretário da Junta de Alistamento Militar", "Chefe da Assessoria para Extraordinários", "Agente de Crédito", "Administrador do Aeródromo Municipal", "Assessor de Desenvolvimento de Programas Habitacionais", "Diretor do Departamento de Recursos Humanos", "Diretor do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento", "Assessor Técnico de Direção do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento", "Assessor de Trânsito e Segurança", "Administrador de Cemitério", "Assessor do Gabinete do Prefeito", "Diretor Clínico", "Assistente do Administrador do Cemitério", "Assessor do Departamento de Esportes", "Assessor Jurídico Especial", "Assistente do Depto. de Assistência Social", "Diretor da Escola Municipal de 2° Grau e Ensino Supletivo Professor Hugo Sarmento", "Assistente de Gabinete", "Assistente de Programas Habitacionais", "Assessor do Departamento de Cultura" ou "Assessor do Diretor do



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Departamento de Cultura", "Chefe do Setor de Tráfego", "Chefe do Setor de Transporte Escolar", "Chefe do Setor de Controle Animal" e "Diretor do Departamento Jurídico" ou "Diretor do Departamento Jurídico do Município de São João da Boa Vista" (referentes à Tabela A), das expressões "Supervisor de Ensino", "Diretor de Escola", "Vice-"Assistente Pedagógico" Diretor Escola", "Coordenador Pedagógico" (referentes à Tabela B), bem como das expressões "Chefe do Setor de Cadastro", "Chefe do Setor de Contabilidade", "Chefe do Setor de Desenvolvimento de Projetos", "Chefe do Setor de Nutrição", "Assessor de Planejamento e Controle do Departamento de Promoção Social", "Encarregado do Setor de Manutenção de Vias", "Encarregado do Setor de Obras e Edificações", "Encarregado do Setor de Conservação Animal", "Encarregado do Serviço de Coleta de Lixo e Varrição", "Encarregado do Serviço de Marcenaria", "Assistente de Diretor da Escola Professor Hugo Sarmento", "Chefe do Setor de Protocolo e Arquivo", "Chefe do Setor de Tesouraria", "Encarregado da Secção de Arquivo", "Encarregado do Serviço de Administração do CSU 'Luiz de Freitas', "Encarregado do Serviço de Administração do CSU 'Miguel Jorge Nicolau', "Encarregado do Serviço de Galerias" "Encarregado do Serviço de Guias e Sarjetas", "Encarregado do Serviço de Manutenção de Vias Rurais", "Encarregado do Serviço de Manutenção Elétrica", "Encarregado do Serviço de Manutenção "Encarregado do Serviço de Oficina Mecânica", Hidráulica", "Encarregado do Serviço de Pavimentação Asfáltica", "Encarregado do Serviço de Serralheria", "Encarregado do Setor de Expediente do Depto. de Educação", "Encarregado do Setor de Transporte Escolar", "Chefe do Setor de Controle de Materiais e Patrimônio", "Chefe do Setor de Administração de Recursos Humanos", "Chefe do Serviço de Folha de



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Pagamento", "Encarregado de Administração do CIC 'Tancredo de Almeida Neves', "Encarregado do Serviço de Trânsito", "Chefe da Divisão de Proteção Social", "Chefe do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Nova República", "Chefe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim Recanto do Jaguari", "Chefe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Central", "Chefe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)", "Encarregado da Seção de Sistema de Informação Cadunico", "Assessor Financeiro", "Encarregado do Controle de Execução dos Serviços Socioassistenciais", "Chefe do Setor de Proteção e Defesa do Consumidor", "Assessor de Gestão Administrativa de Serviços e Obras", "Chefe do Setor de Manutenção de Vias", "Chefe do Setor de Obras e Edificação", "Chefe da Divisão de Obras e Infraestrutura", "Assessor Técnico de Direção do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento", "Assessor de Finanças", "Assessor Financeiro do Depto. Assist. Social", "Assessor de Planejamento e Controle de Repasses ao Terceiro Setor", "Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos" e "Chefe da Secção de Contratos" (referentes à <u>Tabela D</u>), constantes do Anexo III, Tabelas A, B e D, da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992, do Município de São João da Boa Vista, em sua redação original e na promovida por meio das Leis nº 19, de 01 de abril de 1.993, n° 237, de 13 de dezembro de 1.994, n° 672, de 22 de junho de 2.001, n° 1.630, de 29 de julho de 2.005, n° 2.183, de 04 de dezembro de 2.007, n° 2.294, de 23 de abril de 2.008, alterada pela Lei n° 2.791, de 12 de maio de 2.010, n° 2.719, de 15 de dezembro de 2.009, n° 2.721, de 15 de dezembro de 2.009, n° 2.724, de 15 de dezembro de 2009, n° 3.064, de 14 de outubro de 2.011, n° 3.453, de 10 de dezembro de 2.013, nº 3.495, de 18 de fevereiro de 2.014, nº



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

3.514, de 10 de março de 2.014, n° 3.554, de 08 de abril de 2.014, n° 3.770, de 17 de dezembro de 2.014, nº 3.771, de 17 de dezembro de 2.014, n° 4.070, de 17 de fevereiro de 2.017, n° 4.072, de 17 de en anno de el fevereiro de 2.017, n° 4.074, de 17 de fevereiro de 2.017, n° 4.075, de 17 de fevereiro de 2.017, nº 4.077, de 17 de fevereiro de 2.017, nº 4.099, de 21 de março de 2.017, n° 4.128, de 23 de maio de 2.017, n° 10002 planetzi 4.132, de 30 de maio de 2.017, n° 4.143, de 13 de junho de 2.017, n° 4.159, de 27 de julho de 2.017, n° 4.160, de 27 de julho de 2.017 e n° 4.243, de 12 de dezembro de 2.017 (alterações referentes à Tabela A do Anexo III), Leis n° 318, de 14 de junho de 1.999, n° 442, de 15 de março de 2.000, n° 759, de 14 de dezembro de 2.001, n° 992, de 16 de de la dezembro de 2.002, n° 1.557, de 05 de abril de 2.005, n° 1.579, de 02 de junho de 2.005, n° 1.851, de 09 de maio de 2.006, n° 2.269, de 25 de março de 2.008, n° 2.608, de 09 de setembro de 2.009, n° 2.821, de 16 de junho de 2.010, n° 2.841, de 29 de junho de 2.010, n° 2.964, de 13 de abril de 2.011, n° 3.056, de 04 de outubro de 2.011, n° 3.136, de 10 de abril de 2.012, n° 3.137, de 10 de abril de 2.012, n° 3.483, de 20 de dezembro de 2.013, n° 3.514, de 10 de março de 2.014, n° 3.668, de 16 de setembro de 2.014, n° 3.738, de 11 de novembro de 2.014, n° 3.746, de 25 de novembro de 2.014, n° 4.079, de 17 de fevereiro de 2.017, n° 4.105, de 11 de abril de 2.017 e n° 4.174, de 29 de agosto de 2017 (alterações referentes à Tabela B do Anexo III), e Leis nº 711, de 26 de setembro de 2.001, n° 887, de 28 de junho de 2.002, n° 888, de 28 de junho de 2.002, n° 1.696, de 23 de novembro de 2.005, n° 2.137, de 28 de agosto de 2.007, n° 2.145, de 11 de setembro de 2.007, n° 2.146, de 11 de setembro de 2.007, n° 2.657, de 21 de outubro de 2.009, n° 2.663, de 27 de outubro de 2.009, n° 2.712, de 15 de dezembro de 2.009, n° 3.017, de 09 de agosto de 2.011, n° 3.024, de 23 de agosto de 2.011,



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

n° 3.052, de 03 de outubro de 2.011, n° 3.293, de 07 de maio de 2.013, n° 3.364, de 20 de agosto de 2.013, n° 3.367, de 20 de agosto de 2.013, n° 3.369, de 20 de agosto de 2.013, n° 3.447, de 03 de dezembro de 2.013, n° 3.496, de 18 de fevereiro de 2.014, n° 3.514, de 10 de março de 2.014, n° 3.739, de 18 de novembro de 2.014, n° 3.985, de 27 de abril de 2.016 e n° 4.124, de 09 de maio de 2.017, do Município de São João da Boa Vista (alterações referentes à Tabela D do Anexo III);

- (ii) das Leis n° 3.770, de 17 de dezembro de 2.014, n° 3.771, de 17 de dezembro de 2.014, n° 4.160, de 27 de junho de 2.017, dos arts. 1° e 2° da Lei n° 4.143, de 13 de junho de 2.017, dos arts. 1° e 2° da Lei n° 4.132, de 30 de maio de 2.017, dos arts. 1° e 2° da Lei n° 4.159, de 27 de julho de 2.017, e dos arts. 13 e 14 da Lei n° 4.243, de 12 de dezembro de 2.017, todas de São João da Boa Vista; e
- (iii) por arrastamento, do Decreto nº 4.962, de 21 de agosto de 2.014, de São João da Boa Vista, no que diz respeito às unidades impugnadas na presente ação.

Requer-se, ainda, sejam requisitadas informações ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, bem como, posteriormente, citado o Procurador-Geral do Estado para se manifestar, protestando por nova vista para manifestação final.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 24 de outubro de 2018.

Gianpaolo Poggio Smanio Procurador-Geral de Justiça

grcp/mjap



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

E10.5 de 03 de outubro de 2 0 71/906.609 n obblocotor maio de 2013,

Interessado: Promotoria de Justiça de São João da Boa Vista

Assunto: representação para controle de constitucionalidade de cargos comissionados criados pela Lei nº 670/1.992, de São João da Boa Vista.

de abril de 2.016 e.n. 4.124, de 09 de maio de 2.0

1. Distribua-se eletronicamente a inicial da Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

2. O presente procedimento também destinou-se à análise da constitucionalidade de cargos comissionados instituídos pelas Leis nº 4.158, de 27 de julho de 2017 ("Assessor de Programas de Informática" e "Assessor de Desenvolvimento Econômico"), nº 4.243, de 12 de dezembro de 2017 ("Diretor do Depart. de Gestão e Planejamento Urbano"), nº 3.772, de 17 de dezembro de 2.017 e n. 3.802, de 11 de março de 2.015 ("Assessor para Assuntos Institucionais"), do Município de São João da Boa Vista, e de funções de confiança criadas pela Lei nº 4.139, de 06 de junho de 2.017 ("Chefe da Secção de Expediente da Secretaria-Geral" e "Chefe da Secção do Setor de Urbanismo"), de São João da Boa Vista.

Ocorre que da análise das atribuições dos referidos postos constata-se que, de fato, se tratam de atividades de assessoramento, chefia e direção, em conformidade com os arts. 111 e 115, II e V, da Constituição Estadual.

Face ao exposto, arquive-se a representação em relação às Leis n° 4.158, de 27 de julho de 2017, n° 3.772, de 17 de dezembro



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

de 2.017, n° 3.802, de 11 de março de 2.015 e n° 4.139, de 06 de junho de 2.017, e da expressão "Diretor do Depart. de Gestão e Planejamento Urbano" constante da Lei n° 4.243, de 12 de dezembro de 2017, de São João da Boa Vista.

- 3. Providenciem-se as anotações e comunicações de praxe ao interessado.
- 4. Cumpra-se.

São Paulo, 24 de outubro de 2018.

Gianpaolo Poggio Smanio Procurador-Geral de Justiça

grcp/mjap



MENITÉRIOPÚBLI DIDOTSTADORSÃOPAURO PROCURADOLIA-GERAL DE JUSTIÇA

SUBPLICE HADDR A-GERAL DE JUSTICA JURISTA

de 2.017, nº 3.802, de 11 de março de 2.015 e nº 4.139, de 05 de junho de 2.017, e da expressio "Diretor do Depart, de Centão e Planelamento Urbano" constante da Lei nº 4.243, de 12 de dezembro de 2.017, de São João do Boa Vista.

- Providenciam-se as chotações e comunicações de praxe ao interessado.
 - 4. Cumpro-se.

São Paulo, 24 de outubro de 2018.

Gian taolo Paggio Smanlo Procu ador Geral de Justica

grim\qu